

RELATÓRIO DE GESTÃO
E CONTA GERÊNCIA

2014



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
PLANALTO BEIRÃO

Índice

	I	pág . 03
	II	pág . 06
	III	
	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	
3.1		pág . 12
	3.2	pág . 17
	3.3	pág . 27
3.4		pág . 28
	3.5	pág . 37
3.6		pág . 48
	IV	
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
	4.1	pág . 57
	4.2	pág . 62
4.3		pág . 64
	4.4	pág . 66
	4.5	pág . 70
4.6		pág . 72
	V	
		pág . 77

I Mensagem do Conselho Executivo

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA
REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO



Com o presente Relatório pretende-se enquadrar e demonstrar a atividade desenvolvida durante o ano de 2014.

A construção da Central de Valorização Orgânica foi originada por uma obrigação nacional no cumprimento das diretivas comunitárias em relação ao tratamento de resíduos e o desvio de deposição em aterro e pela estratégia nacional na mesma matéria.

À data, 2004, a estratégia nacional ia no sentido de uma recolha separativa na origem dos resíduos urbanos biodegradáveis. Posteriormente veio a verificar-se da impossibilidade de ser efetuada a recolha porta a porta, pelos meios que seriam necessários, pela indisponibilidade das pessoas em guardar os resíduos em casa (maus cheiros) e pelos elevados custos na recolha.

Estratégia nacional alterada avançou-se para a construção de triagens, que iriam retirar dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados os resíduos biodegradáveis necessários para o funcionamento das centrais de valorização orgânica.

Foi necessário aguardar pela aprovação da reformulação da candidatura, realizar o concurso público para a empreitada, executar a obra e fazer a interligação com a infraestruturas já construída.

A Central de Valorização Orgânica estava construída em 2007 e só em finais de 2013 estão reunidas as condições para a ligação à Triagem. Tornou-se necessário rever todos os equipamentos instalados desde 2007, o que originou um investimento superior a 1.500.000 de euros.

A Central de Valorização Orgânica tinha, obrigatoriamente, de estar em funcionamento até 31 de Dezembro de 2014, sob pena de se devolver o financiamento recebido.

Para o pagamento ao empreiteiro do investimento realizado na construção da CVO foi celebrado, em tempos, um contrato de factoring com o BES, que evoluiu para um acordo de pagamento, com prestações crescentes, que teria o seu término no final de 2015. No próximo ano teriam de ser pagos cerca de 4.000.000 euros o que seria impossível de cumprir.

Neste contexto foram encetados contactos com o BES para a renegociação do prazo de pagamento, o que não se afigurou fácil, conhecendo-se as recentes peripécias em que a instituição bancária esteve envolvida. Finalmente existe um acordo, que vai alongar o prazo, permitindo o seu cumprimento e que entrará em vigor no início do próximo ano.

Falta receber o saldo deste projeto no montante de 2.577.959,40 euros.

Como é do conhecimento geral a DGCI levantou um processo à Associação de Municípios, durante

o ano de 2013, relativamente ao IVA a pagar pela empreitada de construção da Triagem de Indiferenciados. Era entendimento dos Serviços de Finanças que a empreitada estava sujeita à taxa máxima, por a componente “Equipamentos” ter um peso muito alto no investimento total. Foi necessário, na altura, proceder ao pagamento voluntário da importância exigida de cerca de 852.000 euros, até para salvaguardar aplicação de coimas possíveis. A Associação não concordou, intentou um processo judicial contra a DGCI, tendo em Fevereiro de 2014 obtido sentença favorável.

O processo de execução fiscal atrás referido veio a colocar a questão do registo do património, que nunca tinha sido efetuado.

Foi necessário efetuar um levantamento de todas as situações, tendo em consideração a aquisição, na altura, de alguns terrenos sem realização de escritura, não havendo documentos suficientes para justificar a área ocupada.

Hoje, toda a área de implantação, bem, como todos os equipamentos do Centro de Tratamento de Resíduos encontram-se inscritos no registo matricial e na Conservatória do Registo Predial.

O serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos é efetuado nos municípios de Carregal do Sal, Castro Daire, Oliveira do Hospital (parte), Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Seia (parte), S. Pedro do Sul, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu (parte) e Vouzela.

Relativamente ao serviço de dívida de salientar a redução, no ano, de cerca de 13.915.000 euros, que ficou a dever-se, principalmente, aos acordos com os diversos parceiros, relativos ao arranque da Central de Valorização Orgânica e cujo valor ascendeu a 11.879.077,88 euros. O valor restante, 2.036.000 euros, refere-se a ganhos com o controle de custos, ao recebimento de parte do IVA, 191.424,77 euros, relativo ao processo de execução fiscal e ao recebimento de verba do Fundo de Coesão, 949.764,75 euros, relativa à concessão de água.

Foi realizada, por uma empresa da especialidade, uma auditoria à concessão de água.

A situação da dívida dos municípios associados manteve-se estável ao longo do ano.

O Conselho Executivo,

II

Caracterização da Entidade e Apresentação do Sistema



2.1. Caracterização da Entidade

1

A Associação de Municípios adopta a denominação de **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão**, com o número de contribuinte 502788283.

Tem a sua sede no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Planalto Beirão, em Vale da Margunda - Borralhal, 3465-013 Barreiro de Besteiros, concelho de Tondela.

As associações de municípios beneficiam das isenções fiscais previstas na lei para as autarquias locais.

A Associação está vinculada ao regime de contabilidade estabelecido para municípios (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

A Associação está igualmente vinculada à demais legislação existente para as Autarquias Locais.

A Associação é uma entidade de Direito Público.

2

A Associação de Municípios foi constituída por escritura datada de 20 de Março de 1991, publicada na III série do Diário da República nº 131 de 8 de Junho de 1991.

3

A Associação tem por objetivo imediato a transformação industrial e comercial de resíduos sólidos urbanos (e eventualmente a recolha de lixos da via pública), e o sector do saneamento básico (águas e esgotos).

4

A Associação dispõe dos seguintes órgãos: **Assembleia Intermunicipal** e **Conselho Executivo**.

A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Associação e é constituída pelos presidentes, ou seus substitutos e por um vereador designado de cada uma das câmaras municipais dos municípios associados.

O Conselho Executivo é o órgão executivo da Associação e é composto por cinco membros efetivos representantes dos municípios associados, eleitos pela Assembleia Intermunicipal de entre os respetivos membros.

5

A Mesa da Assembleia Intermunicipal tem a seguinte composição:

Presidente da Câmara Municipal de Sátão | **Presidente**

Presidente da Câmara Municipal de Nelas | **Vice-Presidente**

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul | **Secretário**

O Conselho Executivo é o órgão executivo da Associação e é composto por cinco membros efetivos representantes dos municípios associados, eleitos pela Assembleia Intermunicipal de entre os respetivos membros.

6

O órgão executivo da Associação/Conselho Executivo tem a seguinte composição:

Presidente da Câmara Municipal de Tábua | **Presidente**

Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal | **Vogal**

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua | **Vogal**

Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão | **Vogal**

Presidente da Câmara Municipal de Tondela | **Vogal**

7

Com início em 2010 as contas passaram a ser auditadas pela empresa Martins Pereira & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2.2. Apresentação do Sistema

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão criou um sistema integrado de gestão de RSU, com o objectivo de recolher, tratar e valorizar, os resíduos produzidos nos 19 Municípios que atualmente constituem esta associação.

O centro de tratamento de RSU (CTRSU), localizado no Município de Tondela, é a estrutura central do sistema. Aqui são recebidos os resíduos recolhidos e é definido o seu destino e tipo de tratamento consoante a sua tipologia.

O centro dispõe de um aterro sanitário, uma unidade de tratamento mecânico-biológico (TMB) e uma unidade de triagem de resíduos valorizáveis.



- 1 PORTARIA
- 2 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
- 3 AUDITÓRIO
- 4 BÁSCULA DE PESAGEM
- 5 OFICINAS/ARMAZÉM
- 6 PISTA DE LAVAGEM
- 7 TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO
- 8 TRIAGEM DE EMBALAGENS
- 9 TRIAGEM DE PAPEL E CARTÃO
- 10 ETAL DA PISTA DE LAVAGEM
- 11 ATERRO SANITÁRIO
- 12 ETAL

»

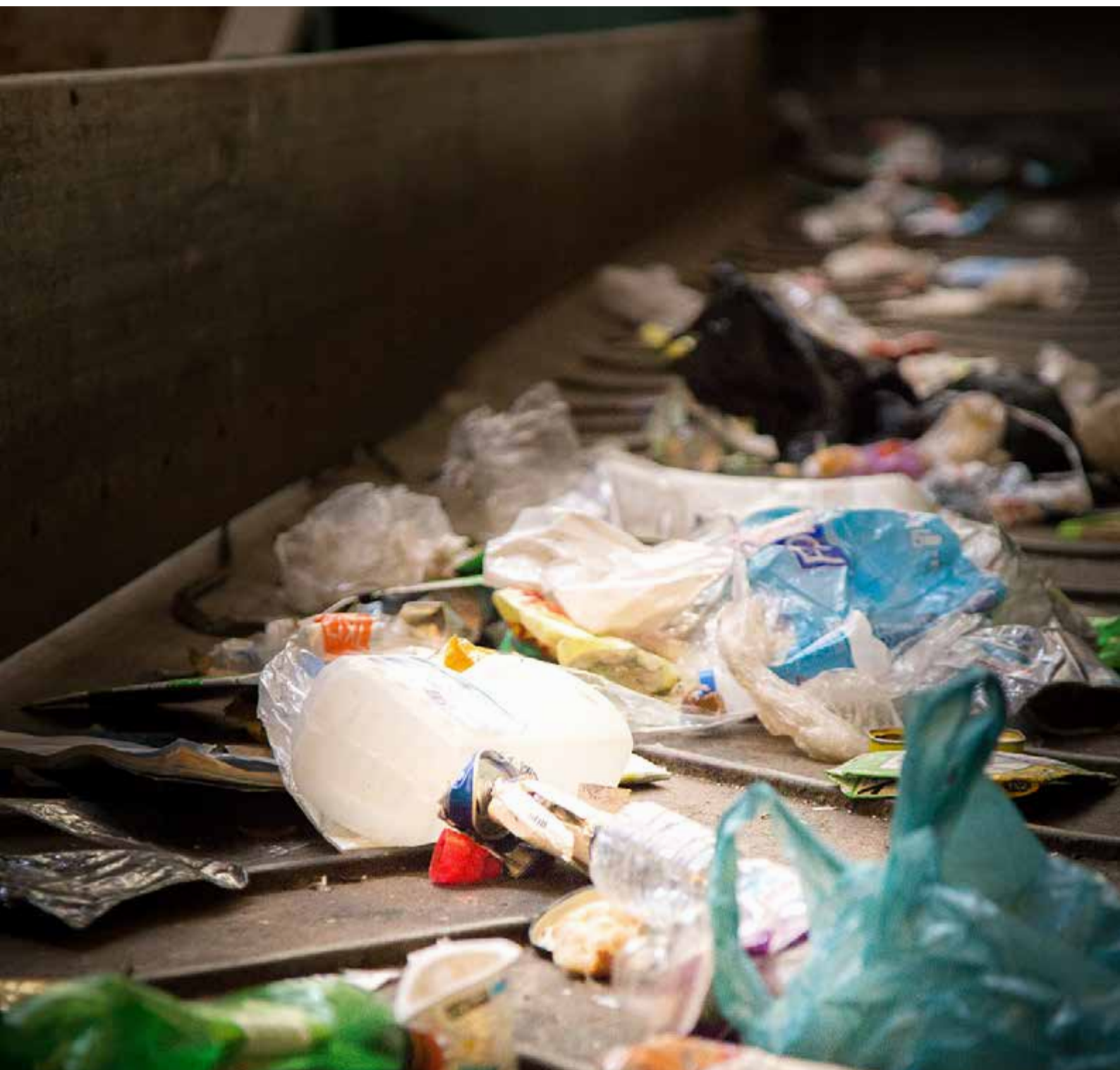
Os resíduos indiferenciados quando chegam ao CTRSU são normalmente encaminhados para o TM, onde se irá proceder à separação mecânica das embalagens de plástico e metal, bem como dos resíduos biodegradáveis, para que estes possam ser valorizados. Os restantes resíduos são depositados no aterro sanitário. A deposição destes resíduos em aterro é realizada de forma controlada, existindo uma unidade de tratamento (ETAL) dos efluentes líquidos produzidos (lixiviados). No aterro existem ainda captações do biogás produzido, que é posteriormente encaminhado para a central de valorização energética (CVE).

Ao nível da recolha seletiva de resíduos valorizáveis o sistema dispõe de mais de 1400 ecopontos e ainda de um ecocentro em cada município. Os resíduos provenientes desta recolha, são depois processados na unidade de triagem e encaminhados para reciclagem.



»

III
Atividade
desenvolvida



3.1. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

A área de intervenção incluída na prestação de serviços é a seguinte: Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira do Hospital (parte), Penalva do Castelo (parte), Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia (parte), Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu (parte) e Vouzela.

3.1.1. Recolha / Tratamento

Durante o ano de 2014 foram recolhidas e tratadas no Centro de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão 133.797 toneladas de resíduos:

- . Resíduos indiferenciados 116.815 toneladas
- . Resíduos valorizáveis 9.663 toneladas
- . Resíduos industriais banais 7.319 toneladas



»

3.1.2. Resíduos sólidos urbanos indiferenciados

Mapa geral de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos indiferenciados:

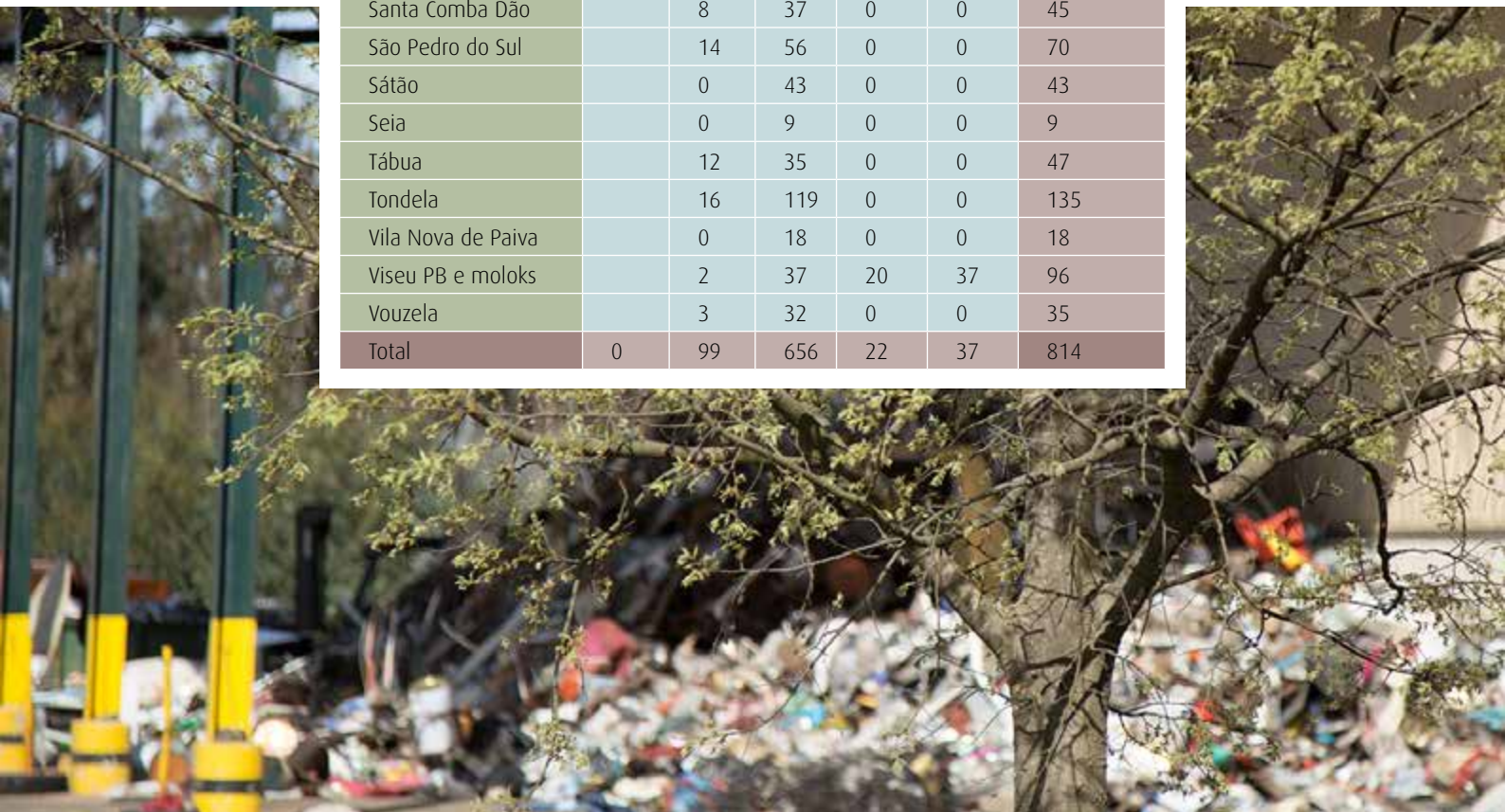
Local de Entrega	Produtor	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAIS	
Centro de Tratamento	C. do Sal	201,900	216,060	254,900	252,880	237,800	278,300	347,460	366,180	320,040	304,540	259,020	263,300	3.302,380	
	C. Daire	32,240		61,800	197,200		15,700	78,940	89,200	16,160	69,860	4,440		565,540	
	Mangualde	6,120	12,400			6,640			1,600	12,300		12,800		51,860	
	Mortágua	235,600	211,060	242,140	253,480	234,820	246,800	293,720	333,500	279,020	268,660	234,240	240,560	3.073,600	
	Nelas	2,680		2,880		1,860				6,220			10,540	24,180	
	O. de Frades	242,880	207,800	237,420	257,660	214,360	263,660	300,920	294,220	283,720	274,540	207,660	253,740	3.038,580	
	O. do Hospital										21,880			21,880	
	S. C. Dão	308,240	260,900	306,580	330,080	337,360	325,600	379,820	413,480	370,780	350,340	325,640	347,500	4.056,320	
	S. P. do Sul	1,460			5,640					1,360					8,460
	Seia				9,180	6,620	0,420	6,560					4,580		27,360
	Tábua	298,860	254,620	294,480	317,300	312,880	311,660	382,240	417,000	389,740	351,800	306,020	307,460	3.944,060	
	Tondela	725,260	612,940	741,720	800,500	761,580	779,560	940,240	987,500	889,800	845,300	740,700	741,160	9.566,260	
	Viseu												9,940	9,940	
Vouzela		4,900							0,940					5,840	
Sub. - Total	2.055,240	1.780,680	2.141,920	2.423,920	2.113,920	2.221,700	2.729,900	2.902,680	2.570,080	2.486,920	2.095,100	2.174,200	27.696,260		
E.T. de Seia	C. do Sal	50,400		5,300	19,240	40,280						4,100		119,320	
	Gouveia	370,320	313,700	354,720	390,880	370,840	374,080	478,660	507,760	460,160	426,520	347,600	373,440	4.768,680	
	Mangualde	409,780	372,420	406,160	471,760	454,500	445,000	580,980	607,080	523,520	490,800	395,340	441,260	5.598,600	
	Nelas	381,820	331,540	416,280	431,800	424,480	444,640	542,420	509,920	494,060	463,440	390,180	403,180	5.233,760	
	O. do Hospital	494,180	421,200	478,880	531,200	507,700	546,720	637,600	683,720	686,140	598,960	518,980	545,080	6.650,360	
	Seia	596,960	522,120	589,360	611,240	596,920	610,640	711,840	809,640	737,860	673,940	566,600	621,160	7.648,280	
	Sub. - Total	2.303,460	1.960,980	2.250,700	2.456,120	2.394,720	2.421,080	2.951,500	3.118,120	2.901,740	2.653,660	2.222,800	2.384,120	30.019,000	
E.T. de Viseu	A. Beira	134,280	131,820	125,540	158,020	142,080	147,660	175,460	255,560	183,520	168,100	145,580	155,280	1.922,900	
	C. Daire	293,080	259,560	202,640	150,640	294,580	285,400	297,200	421,140	358,180	284,200	309,780	309,500	3.465,900	
	Mangualde	71,120	39,600	88,040	52,560	64,100	84,280	70,340	74,280	78,920	85,900	95,800	63,940	868,880	
	P. Castelo	191,680	147,840	168,760	198,120	180,600	188,580	258,760	289,220	228,500	221,460	173,200	190,500	2.437,220	
	Sátão	284,140	224,980	264,840	302,960	288,860	274,420	380,700	490,440	341,240	322,740	272,760	301,640	3.749,720	
	V. N. de Paiva	119,640	98,780	117,500	120,560	117,160	115,840	147,980	240,700	131,820	126,580	113,520	127,780	1.577,860	
	Viseu - AMRPB	1.449,720	1.277,260	1.426,340	1.446,420	1.505,040	1.452,960	1.694,820	1.732,140	1.629,620	1.658,980	1.454,260	1.503,080	18.230,640	
	Viseu - C. M.	1.373,700	1.157,320	1.341,160	1.461,940	1.362,360	1.413,640	1.623,660	1.796,060	1.621,800	1.596,200	1.361,860	1.416,900	17.526,600	
	Vouzela								16,560	2,960					19,520
	Sub. - Total	3.917,360	3.337,160	3.734,820	3.891,220	3.954,780	3.962,780	4.648,920	5.316,100	4.576,560	4.464,160	3.926,760	4.068,620	49.799,240	
E. T. Vouzela	Castro Daire	2,620	8,420	3,160		8,160	8,100	8,640		8,800	12,200	4,320	10,760	75,180	
														0,000	
	S. P. do Sul	401,840	346,620	379,860	422,960	404,920	394,600	523,100	630,220	501,300	455,200	395,820	395,320	5.251,760	
	Viseu	59,400	61,740	121,600	65,800	79,180	93,020	134,840	98,040	110,040	52,880	59,400	41,460	977,400	
	Vouzela	237,400	195,920	207,740	243,340	218,880	227,920	297,040	314,100	273,840	254,140	219,840	237,300	2.927,460	
Sub. - Total	701,260	612,700	712,360	732,100	711,140	723,640	963,620	1.042,360	893,980	774,420	679,380	684,840	9.231,800		
TOTAL (RSU) MENSAL	8.977,320	7.691,520	8.839,800	9.503,360	9.174,560	9.329,200	11.293,940	12.379,260	10.942,360	10.379,160	8.924,040	9.311,780	116.746,300		
Monstros	C. do Sal	0,28					0,14			0,28	0,1		0,1	0,900	
	C. Daire													0,000	
	Mangualde			0,08		0,32			0,92	0,28			0,24	1,840	
	Mortágua	0,260			0,740	0,58	0,5	0,16	0,44			0,78	0,12	3,580	
	Nelas					0,22								0,220	
	P. Castelo					0,10		0,26	0,32		0,22	0,16		1,060	
	S. C. Dão	1,36	0,5	1,84		0,06	1,36	0,92	1,82	2,28	0,38	0,72	0,34	11,580	
	S. P. do Sul	0,56	0,2	0,74	0,38	1,02		0,64	0,98	0,46	0,84	0,38	0,42	6,620	
	Sátão			0,56	0,22	0,38	0,62		0,32	0,82		0,66		3,580	
	Seia													0,000	
	Tábua		0,34						0,42		0,5	0,18		1,440	
	Tondela	1,3	0,3	0,68	0,68	0,54	0,76	1,94	1,66	2,32	3,36	2,56	0,92	17,020	
	V. N. de Paiva													0,000	
	Viseu	2,78	1,78	0,66	1,06	0,90	0,94	1,48	2,18	3,76	1,82	0,68	0,44	18,480	
Vouzela	0,26		0,36			0,54		0,66	0,26	0,48		0,22	2,780		
Sub. - Total	6,8	3,12	4,92	3,08	4,12	4,86	5,4	9,72	10,46	7,7	6,12	2,8	69,1		
TOTAL MENSAL	8.984,120	7.694,640	8.844,720	9.506,440	9.178,680	9.334,060	11.299,340	12.388,980	10.952,820	10.386,860	8.930,160	9.314,580	116.815,400		

»

3.1.3. Fornecimento de contentores

No âmbito do atual contrato foram fornecidos 814 novos contentores. Estes equipamentos destinaram-se a substituição de contentores danificados e também a novos pontos de deposição. Em Dezembro de 2014 o parque de contentores totalizava 16.781 unidades.

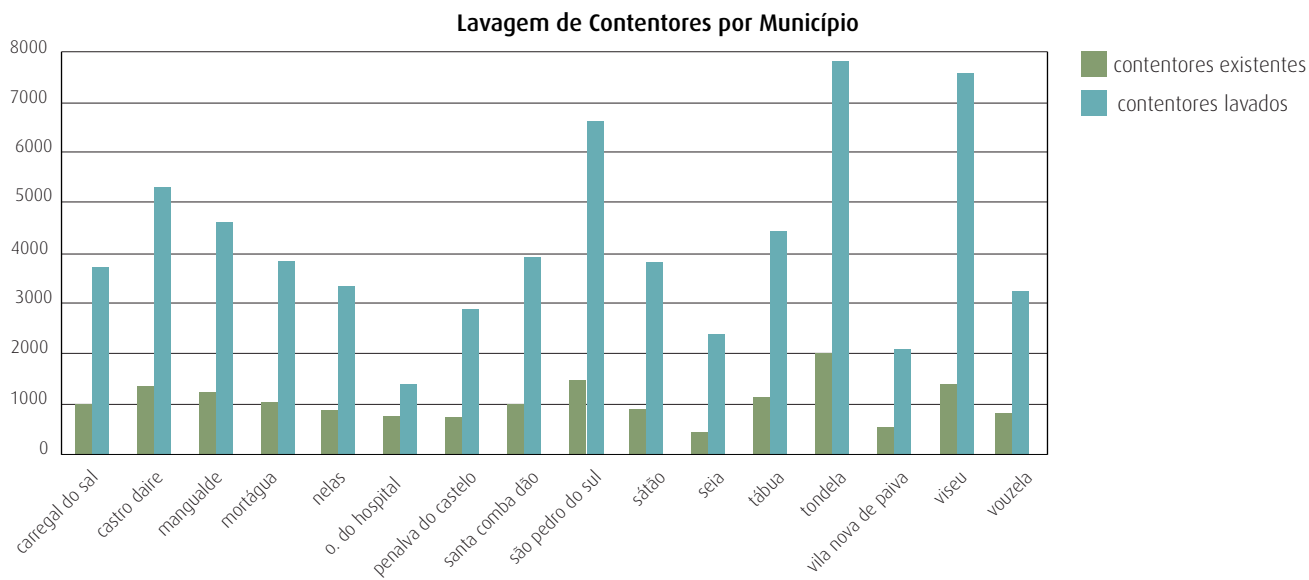
MUNICÍPIO	FORNECIMENTO DE CONTENTORES					Total cont
	240 l	360 l	800 l	1000 l	1100 l	
Carregal do Sal		5	25	0	0	30
Castro Daire		13	51	2	0	66
Mangualde		6	46	0	0	52
Mortágua		12	52	0	0	64
Nelas		1	40	0	0	41
Oliveira do Hospital		0	28	0	0	28
Penalva do Castelo		7	28	0	0	35
Santa Comba Dão		8	37	0	0	45
São Pedro do Sul		14	56	0	0	70
Sátão		0	43	0	0	43
Seia		0	9	0	0	9
Tábua		12	35	0	0	47
Tondela		16	119	0	0	135
Vila Nova de Paiva		0	18	0	0	18
Viseu PB e moloks		2	37	20	37	96
Vouzela		3	32	0	0	35
Total	0	99	656	22	37	814



MUNICÍPIO	PARQUE DE CONTENTORES							
	240 l	360 l	800 l	1000 l	1100 l	3000 l	5000 l	Total cont
Carregal do Sal	3	174	800	0	0	0	0	977
Castro Daire	14	207	1124	7	0	0	0	1352
Mangualde	3	62	1165	2	0	0	0	1232
Mortágua	0	136	896	0	0	0	0	1032
Nelas	2	55	839	0	0	0	0	896
Oliveira do Hospital	4	310	420	0	0	0	0	734
Penalva do Castelo	0	9	728	1	0	0	0	738
Santa Comba Dão	0	112	889	0	0	1	0	1002
São Pedro do Sul	25	240	1210	14	0	12	0	1501
Sátão	11	165	750	2	0	0	0	928
Seia	1	1	443	0	6	0	0	451
Tábua	1	189	954	0	0	0	0	1144
Tondela	11	159	1853	0	0	8	0	2031
Vila Nova de Paiva	2	51	476	0	0	0	0	529
Viseu PB e moloks	0	2	182	332	672	1	227	1416
Vouzela	2	86	727	0	0	3	0	818
Total	79	1958	13456	358	678	25	227	16781

3.1.4. Lavagem de Contentores

A lavagem de contentores é uma das atividades previstas no âmbito do novo contrato e realizada em todos os circuitos incluídos na prestação de serviços.

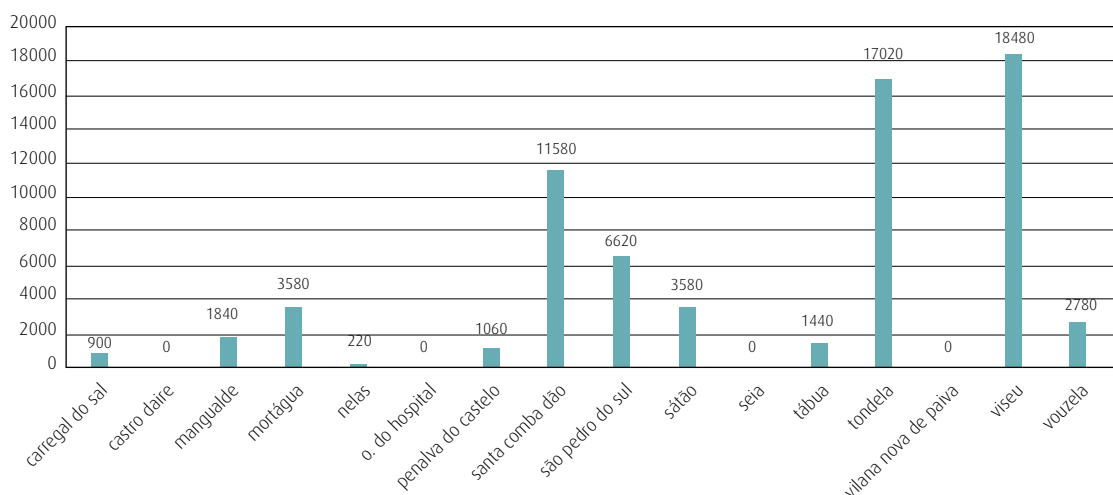


»

3.1.5. Recolha de Monstros

Com o novo contrato, foi possível alargar a prestação de serviços ao município, permitindo para além da normal recolha de RSU, a recolha de monstros (móveis, colchões, entre outros) através de circuitos pré agendados de recolha deste tipo de resíduo, permitindo o seu transporte a destino adequado, minimizando a sua deposição em locais inapropriados. Para este efeito foi também criado um número verde, que permite o contacto gratuito por parte dos cidadãos e a posterior definição dos circuitos de recolha.

Recolha de Monstros por Município (KG)



»

3.2. Recolha Seletiva Multimaterial

A evolução da recolha seletiva de resíduos valorizáveis demonstra atualmente sinais de evolução positiva, após atravessados 4 anos de abrandamento considerável, face á conjuntura económica constatada. A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão mantém como suas linhas orientadoras desde o início da sua actividade, as metas estabelecidas no âmbito da Diretiva Aterros e Diretiva Embalagens, transpostas para a legislação nacional, bem como no vigente PERSU 2020.

Quanto ao futuro, os desígnios delineados continuam a passar de uma maneira geral pelo crescimento gradual da retoma de resíduos de embalagem e não embalagem, de forma a seguir a evolução que a região do Planalto Beirão permitir, através da conexão das populações a este sistema, que serve cerca de 350.000 habitantes.



»

RECOLHA SELETIVA

Recolha selectiva de EcoPontos – Quantidades (kg)

Município	Vidro	Papel	Embalagens	Total
A. Beira	40.153	13.171	10.721	64.046
C. Sal	87.983	42.312	32.951	163.246
C. Daire	66.340	41.325	22.908	130.574
Gouveia	118.185	67.097	36.906	222.187
Mangualde	145.781	81.057	58.141	284.979
Mortágua	136.778	40.095	31.184	208.057
Nelas	97.813	66.013	40.188	204.014
O. Frades	52.518	28.081	15.234	95.833
O. Hospital	178.667	90.866	60.898	330.431
P. Castelo	40.779	13.165	12.171	66.116
S. C. Dão	111.206	52.988	36.945	201.139
S. P. Sul	137.806	73.631	42.223	253.660
Satão	66.225	33.238	18.035	117.498
Seia	229.554	132.775	82.218	444.547
Tábua	95.709	42.097	29.582	167.388
Tondela	231.255	119.662	86.543	437.460
V. N. Paiva	34.344	13.159	10.827	58.329
Viseu	1.026.101	1.064.422	526.127	2.616.649
Vouzela	90.044	47.065	28.157	165.266
Total	2.987.240	2.062.220	1.181.960	6.231.420



»

Recolha seletiva de ecopontos – Km/Horas

Mês	Circuito (Km)			Tempo (horas)		
	Totais	Recolha	Deslocação	Total	Recolha	Deslocação
Janeiro	19.692	15.418	4.274	1.286	1.066	221
Fevereiro	17.653	14.177	3.476	1.171	978	193
Março	17.744	14.140	3.604	1.192	1.018	174
Abril	18.281	14.752	3.529	1.223	1.052	171
Maio	19.567	15.227	4.340	1.259	1.066	193
Junho	18.340	14.483	3.857	1.198	1.017	181
Julho	20.734	16.305	4.429	1.362	1.153	209
Agosto	19.341	15.414	3.927	1.271	1.086	185
Setembro	19.388	15.183	4.205	1.296	1.101	194
Outubro	20.203	15.834	4.369	1.364	1.129	235
Novembro	17.473	14.128	3.345	1.166	987	180
Dezembro	18.162	14.066	4.096	1.216	1.018	198
Total	226.578	179.127	47.451	15.003	12.670	2.334



»

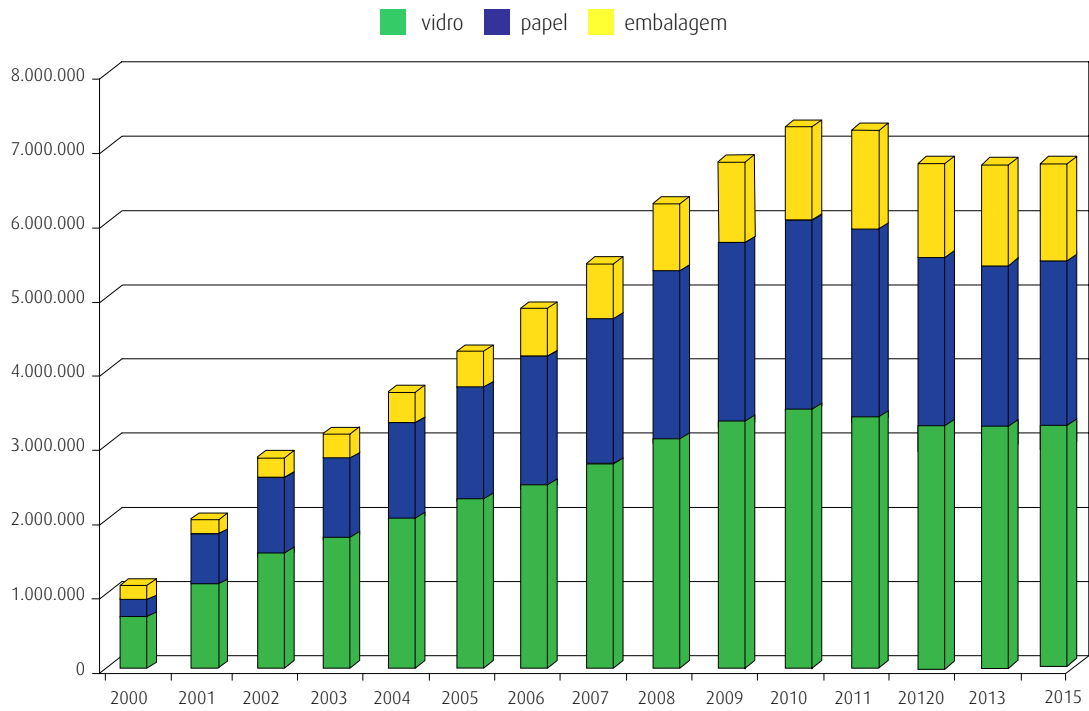
Recolha seletiva de Ecocentros / Quantidades (kg)

Município	Vidro	Metais	Entulhos	REEE	Papel/Cartão	Plásticos	Plást. Mistos	Verdes	Monstros	Total
A. Beira	7.640	4.520	59.260	3.500	19.920	8.200	2.660	41.040	15.900	162.640
C. Sal			30.340	4.380	7.620	1.900	1.880	57.580	22.240	125.940
Castro Daire		3.400		8.190	21.800	2.940	980		24.120	61.430
Gouveia	13.460	9.300	82.480	21.980	21.480	7.600	6.240	28.940	39.700	231.180
Mangualde	8.500				2.400	1.380		4.160		16.440
Mortágua	14.420	9.460	93.660	16.610	19.520	6.840	4.580	40.580	45.040	250.710
Nelas	8.380	3.060	23.920	12.680	19.860	7.560	1.600	34.700	22.980	134.740
Ol. Frades		1.680	8.300		7.320	2.320	1.100	3.080	7.060	30.860
Ol. Hospital	24.980	5.300	76.780	21.890	71.320	25.220	5.720	91.240	33.440	355.890
P. Castelo	8.800	2.720	23.880	5.680	8.840	2.340	2.260	3.060	9.760	67.340
S. C. Dão		2.520	26.900	4.230	4.380	1.180	1.440	18.020	12.560	71.230
S. P. Sul	13.180	1.260	59.060	7.960	37.380	10.100	2.520	16.340	26.000	173.800
Sátão	6.120	2.460	48.080	7.770	22.480	8.160	2.220	51.380	14.880	163.550
Seia	41.620	14.700	217.280	22.580	74.180	24.440	9.980	141.420	52.420	598.620
Tábua	16.820		77.760	1.830	12.260	5.400	2.580	57.080	22.040	195.770
Tondela	7.260	6.680	46.000	8.490	10.840	4.680	1.720	13.000	23.840	122.510
V. N. Paiva	8.280	8.560	84.520	9.520	26.500	10.660	2.220	10.360	35.520	196.140
Viseu	8.340	5.300	169.520	10.210	39.200	19.080	7.860	73.060	71.100	403.670
Vouzela	15.620	2.080	9.460	3.620	16.360	4.520		1.840	15.700	69.200
Total	203.420	83.000	1.137.200	171.120	443.660	154.520	57.560	686.880	494.300	3.431.660

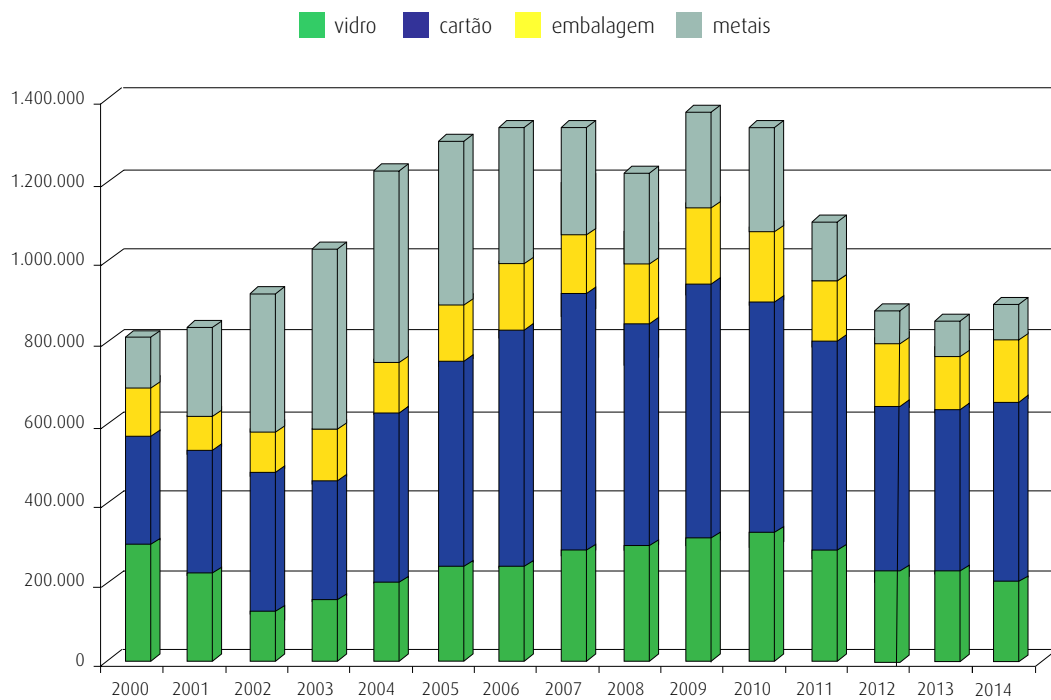


»

Evolução da recolha seletiva _ Ecopontos / Kg



Evolução da recolha seletiva _ Ecocentros / Kg



»

Capitação (Kg/Habitante/Ano)

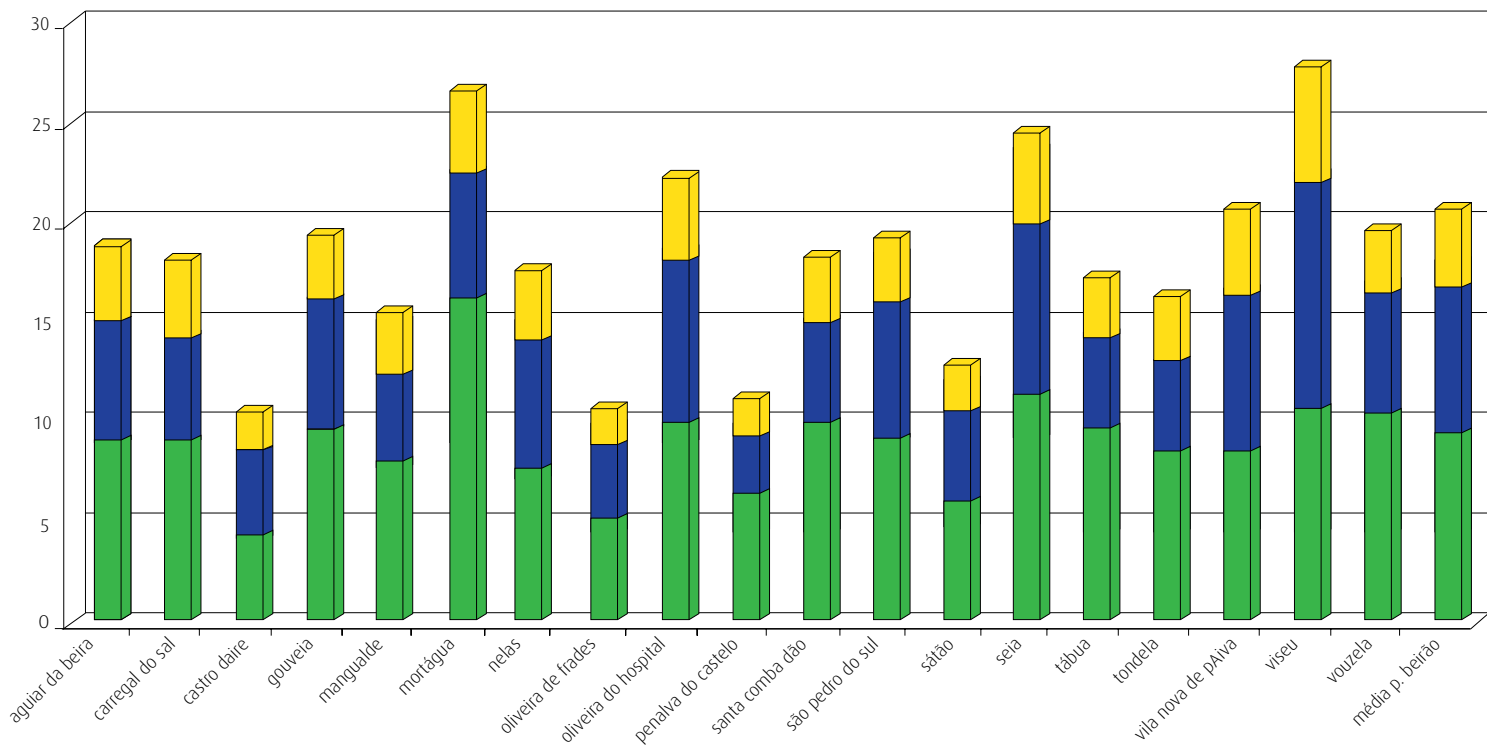
Município	Kg (Ecopontos + EcoCentros)			Habitantes	Capitação (Kg/Hab./Ano)		
	Vidro	Papel	Embalagens		Vidro	Papel	Embal.
A. Beira	47.793	33.091	18.921	5473	8,7	6,0	3,5
C. Sal	87.983	49.932	34.851	9835	8,9	5,1	3,5
C. Daire	66.340	63.125	25.848	15339	4,3	4,1	1,7
Gouveia	131.645	88.577	44.506	14046	9,4	6,3	3,2
Mangualde	154.281	83.457	59.521	19880	7,8	4,2	3,0
Mortágua	151.198	59.615	38.024	9607	15,7	6,2	4,0
Nelas	106.193	85.873	47.748	14037	7,6	6,1	3,4
O. Frades	52.518	35.401	17.554	10261	5,1	3,5	1,7
O. Hospital	203.647	162.186	86.118	20855	9,8	7,8	4,1
P. Castelo	49.579	22.005	14.511	7956	6,2	2,8	1,8
S. C. Dão	111.206	57.368	38.125	11597	9,6	4,9	3,3
S. P. Sul	150.986	111.011	52.323	16851	9,0	6,6	3,1
Satão	72.345	55.718	26.195	12444	5,8	4,5	2,1
Seia	271.174	206.955	106.658	24702	11,0	8,4	4,3
Tábua	112.529	54.357	34.982	12071	9,3	4,5	2,9
Tondela	238.515	130.502	91.223	28946	8,2	4,5	3,2
V. N. Paiva	42.624	39.659	21.487	5176	8,2	7,7	4,2
Viseu	1.034.441	1.103.622	545.207	99274	10,4	11,1	5,5
Vouzela	105.664	63.425	32.677	10564	10,0	6,0	3,1
Total / Média	3.190.660	2.505.880	1.336.480	348.914	9,1	7,2	3,8



»

Gráfico Capitação do Planalto Beirão (Kg/Habitante/Ano 2014)

■ vidro ■ papel ■ embalagens



»

Metas PERSU 2020 – Planalto Beirão

O aumento da recolha seletiva é um dos objetivos do Plano Estratégico de Resíduos Urbanos 2020. Entende-se que a melhor forma de promover o fecho do ciclo de materiais e garantir a qualidade dos materiais recicláveis é através da atuação a montante, ou seja, através da recolha seletiva na fonte.

No ano 2014, registou-se uma capitação média de 20 kg por habitante. Este valor conjuga a recolha seletiva de vidro, papel/cartão, plástico e metal, em função da densidade populacional.

Mediante o atual PERSU, que visa os próximos 5 anos, a capitação do Planalto Beirão em 2020 deverá ser equivalente a 29 kg por habitante.

Município	Habitantes	Capitação (Kg/Hab./Ano)	Meta PERSU 2020 Planalto Beirão	Esforço adicional Meta PERSU 2020
A. Beira	5.473	18	29	-11
C. Sal	9.835	18		-11
C. Daire	15.339	10		-19
Gouveia	14.046	19		-10
Mangualde	19.880	15		-14
Mortágua	9.607	26		-3
Nelas	14.037	17		-12
O. Frades	10.261	10		-19
O. Hospital	20.855	22		-7
P. Castelo	7.956	11		-18
S. C. Dão	11.597	18		-11
S. P. Sul	16.851	19		-10
Satão	12.444	12		-17
Seia	24.702	24		-5
Tábua	12.071	17		-12
Tondela	28.946	16		-13
V. N. Paiva	5.176	20		-9
Viseu	99.274	27		-2
Vouzela	10.564	19		-10
Total / Média	348.914	20		

Nota: a fórmula de cálculo para as "retomas de recolha seletiva - PERSU 2020" prevêem ainda um desconto de 7% de refugo de rs, sobre os valores indicados na tabela "esforço adicional".

As diferenças significativas de capitação de recolha seletiva, podem parcialmente ser explicadas por factores exógenos aos vários Municípios do Planalto Beirão. Em particular, a dispersão populacional e o potencial efetivo de embalagens.

»

RETOMA DE RESÍDUOS VALORIZÁVEIS

No ano 2014, retomaram-se diretamente para a indústria recicladora, em Portugal e Espanha, 9.902.772 kg de resíduos valorizáveis.

Através da Sociedade Ponto Verde, entidade responsável pelo sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens, retomaram-se 5.974.994 kg, provenientes da recolha selectiva, o que representou um aumento de 2,1 % face ao ano transacto (2.851.900 kg). A retoma da fração de resíduos não embalagem, também proveniente da recolha seletiva, cresceu 2.5% ao retomarem-se 1.436.000 kg, através de operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados para o efeito.

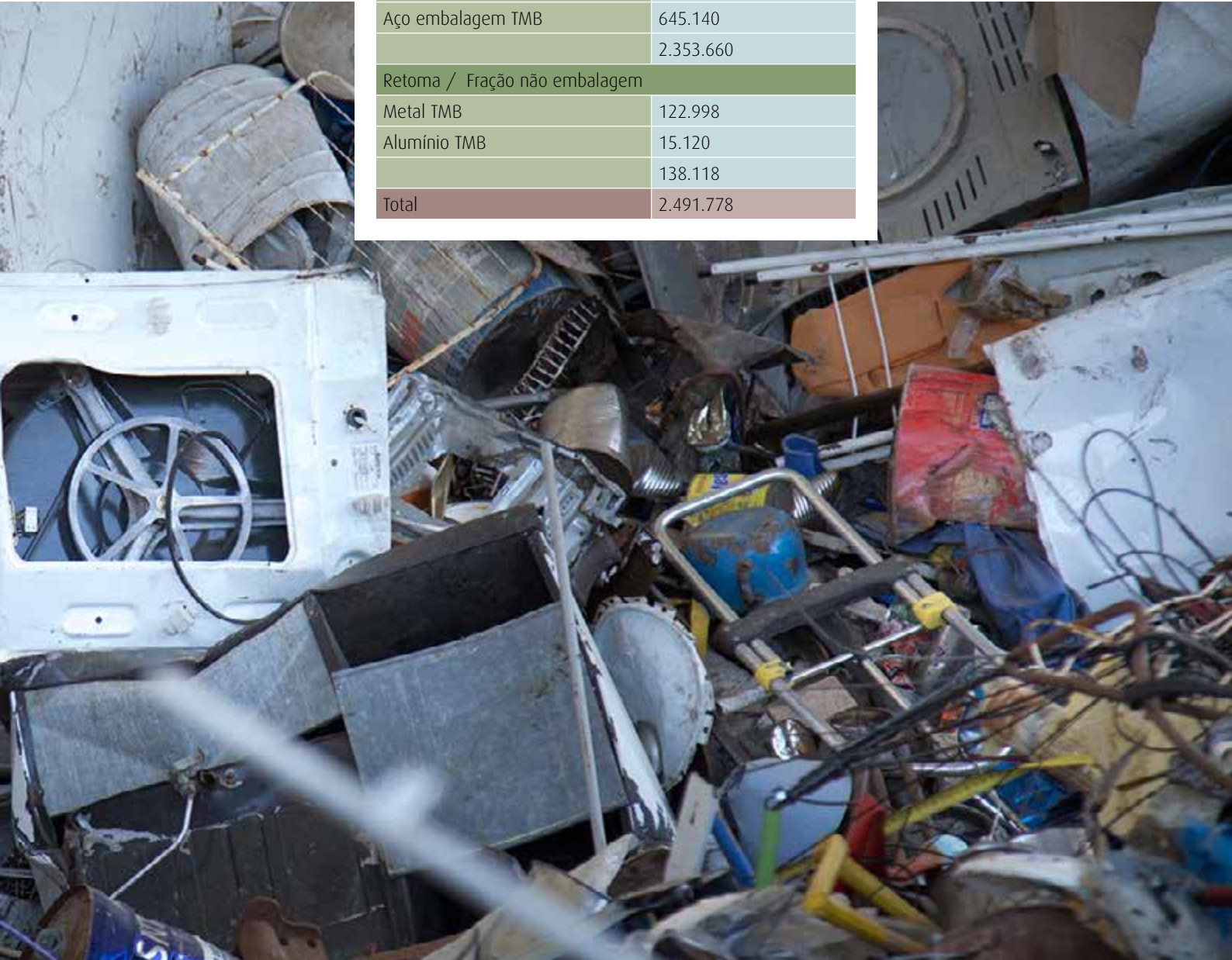
O Tratamento mecânico de rsu, em funcionamento desde Agosto de 2012, permitiu retomar 2.491.778 kg, de resíduos de embalagem e não embalagem, retomados em articulação com os diversos operadores de gestão de resíduos, bem como com a SPV, no caso da fração embalagem (VIM).



Recolha Selectiva	Kg
Retoma / Fração embalagem	
Vidro	3.239.180
Papel / Cartão	1.629.279
ECAL	95.460
Filme plástico	252.020
PET	169.000
PEAD	85.980
EPS	6.920
Plásticos mistos	219.000
Aço	134.015
Alumínio	5.400
Madeira	138.740
	5.974.994
Retoma / Fração não embalagem	
Papel / Cartão	920.415
Metais / Sucata	87.885
Plásticos mistos	61.740
Triagem de metais	5.820
REEE	177.940
Acumuladores de chumbo	2.160
Pilhas	2.700
Verdes	177.340
	1.436.000
Total	7.410.994



TRATAMENTO MECANICO DE RU	Kg
Retoma / Fração embalagem	
Filme 1 TMB	714.320
Filme 2 TMB (ótico)	99.820
PET TMB	308.240
PEAD TMB	211.440
Plásticos mistos TMB	374.700
Aço embalagem TMB	645.140
	2.353.660
Retoma / Fração não embalagem	
Metal TMB	122.998
Alumínio TMB	15.120
	138.118
Total	2.491.778



»

3.3 Resíduos Industriais Banais

Relativamente à recepção de Resíduos não Perigosos, vulgo RIB, as quantidades depositadas em aterro por código LER foram as constantes da tabela seguinte:

CÓDIGO LER	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
02 02 03	37860	30440	33840	33160	36040	32540	34380	34880	35440	37060	31360	34220	411220
02 02 04													0
02 02 99	13160		9700			12280	8940		10420	9500	5840	6120	75960
02 05 01	780		1080		2400			1900				1000	7160
02 06 01	720	340	620	440	1100	380	820		1080	920	1320	780	8520
03 01 99							5820					2440	8260
03 03 99					11900	15120	13660					9940	50620
04 01 01						1360							1360
04 01 08							25310			28980			54290
04 01 99							46170						46170
04 02 15	10460	12600	9600	10020	14480	9320	10740	4180	10380	12860	17820	11900	134360
04 02 20		5540		6840			19320					18580	50280
04 02 21				16040	6040	10960	6280		11040	13920		13500	77780
04 02 22	19600	16840	20400	3700	20460	18320	19460	2640	19820	19600	18920	16980	196740
07 02 99	27400	38820	36700	26260	23200	25000	25820	24060	28700	23160	22200	20840	322160
07 05 14	10870	14010	18380	11890	13650	17140	17300	7890	14640	18390	17180	12690	174030
10 11 03				2360		1680	2000		2020	6220	2820		17100
12 01 05		6460					6440				6220		19120
12 01 99	10100	16780	10360	6720	15180	9460	4820	3560	7900	6560	7540	7320	106300
15 01 01						480							480
15 01 02											580		580
15 01 06	1240	16700	1460	1220		37240	3950	1900		16840		8690	89240
16 01 22				2800				2300	8440	3440		2320	19300
16 01 99	5680	5680	6580	9920	6520	5380	5340	4200	5360	6040	6220	6240	73160
18 01 04	27610	23890	23370	24890	29420	22850	24900	7760					184690
19 01 12			180				140			100			420
19 08 01	33920	18320	21270	15100	30340	19860	28220	20490	10240	11320	11840	11340	232260
19 08 02			7930			3420		4210					15560
19 08 05	7000	7080	17480	7980	15100	11160	15180	26860	18460	11700	4520	91980	234500
19 08 14		11200	11580		10640	11480	11820			11080		7920	75720
19 09 02				10960								10720	21680
19 12 04	73200	60880	35800	37040	64440	14900	38220	86760	135480	83240	184760	73660	888380
19 12 12	220900	189260	180740	169740	197500	169620	226320	204160	216600	224760	209100	197180	2405880
20 01 02			2400										2400
20 01 10	73700	39200	25540		15560		34820		13780	24900		24640	252140
20 01 39								2660					2660
20 01 99			420										420
20 03 01	92640	98560	86990	115680	79210	97430	114930	85930	78340	69350	75640	63140	1057840
20 03 07						20							20
Total Geral	666840	612600	562420	512760	593180	547400	751120	526340	628140	639940	623880	654140	7318760

»

3.4. Monitorização do Centro de Tratamento de Resíduos

Ao longo do ano de 2014 foram monitorizadas as diversas instalações que constituem o Centro de Tratamento Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão.

A avaliação do estado do aterro sanitário é efetuada através dos seguintes parâmetros: superfície ocupada pelos resíduos, volume e composição dos resíduos.

Os resíduos estão distribuídos por uma área de 92.836 m² de acordo com o levantamento topográfico efetuado em 31 de Dezembro de 2014.

O volume de resíduos depositados no ano em análise foi de 73.224,59 m³, totalizando um volume total acumulado de 1.760.588,0 m³.

Face às quantidades registadas no ano de 2013 podemos verificar que houve um aumento da deposição direta em aterro de 6,08%, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Resíduos AS directamente	RSU	RIB	Refugo triagem	Rejeitado TMB	Circuito monstros	Madeiras e colchões	TOTAL
2013	25.198,48	8.000,26	1.086,26	77.971,11	41,02	463,20	112.760,33
2014	52.664,94	7.318,76	1.276,46	57.805,26	60,62	494,3	119.620,34
Redução	-109%	+ 8,52%	-17,51%	+ 25,86%	-47,78%	-6,71%	-6,08%

Na TMB os resíduos são sujeitos a separação manual e mecânica dos resíduos com potencial valorizável como é o caso dos metais e dos plásticos. Estes materiais são encaminhados para uma linha de triagem onde são sujeitos a nova triagem, sendo posteriormente enviados para reciclagem.

Em 2014 devido a uma avaria, a TMB não processou resíduos de Maio a Agosto, pelo que este facto se reflecte no aumento de RSU que foi enviado directamente para aterro.

O material que não é valorizado (designado de rejeitado da TMB) vai ser encaminhado para deposição em aterro.

A deposição de Resíduos não Perigosos, vulgo RIB, sofreu uma redução de 8,52%. Em termos globais foram depositados em aterro no ano de 2014, 119.620,34 ton de resíduos e no ano transacto esse valor foi de 112.760,33 ton a que corresponde um aumento global de 6,08% na quantidade de resíduos depositados em aterro – operação D1.

»

Relativamente ao total de RSU entrado no Centro Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão, o mesmo teve os seguintes destinos:

2014	RSU tratado (ton)	%
TMB	61.157,88	53,73
Aterro Sanitário	52.664,94	46,27
Total	113.822,82	100%

Calculando a variação da quantidade de resíduos geridos obtêm-se os seguintes resultados:

	2013 (valor em ton)	2014 (valor em ton)	Variação (%)
Produção de RSU (= recolhido)*	111.585,31	116.746,3	+ 4.63%
Deposição directa de RSU em AS	25.198,48	52.664,94	+ 109%
RSU Entrado na TMB	83.678,18	61.157,88	- 26.9%
Deposição em ecopontos	6.229,29	6.228,88	- 0,01%
Deposição em ecocentro	3.136,51	3.431,66	9,41%

*o total recolhido não corresponde à soma do RSU entrado em AS com a TMB. Este valor corresponde ao efetivamente recolhido nos municípios ou seja corresponde à produção.

Em forma de conclusão, pode dizer-se que comparativamente com 2013, o ano de 2014 registou um aumento de 4,63% na quantidade de RSU produzidos.

Face a 2013, ocorreu ainda, uma diminuição na quantidade de resíduos depositados em ecopontos 0,01% e uma redução de 26,9% na quantidade de resíduos entrados diretamente na TMB uma vez que esta esteve sem funcionar 4 meses.

Como consequência temos um aumento para o dobro da deposição directa em aterro.

»

Controlo de lixiviados

O caudal de lixiviado é controlado através dos sistemas de osmose inversa que dispõem de caudalímetro, com totalizador.

Apresenta-se, seguidamente, a quantidade de lixiviado afluyente às OI bem como a quantidade de efluente tratado em m³, por mês.

Tabela X

Quantificação do lixiviado afluyente ao tratamento de Osmose Inversa e respectivo efluente descarregado

2014	Lixiviado			Permeado		
	OI 1	OI 2	Total	OI 1	OI 2	Total
Janeiro	3.125,30	4.351,00	7.476,30	1.716,00	2.364,90	4.080,90
Fevereiro	2.569,10	3.692,70	6.261,80	1.424,70	1.852,30	3.277,00
Março	1.010,50	3.355,10	4.365,60	559,80	1.618,60	2.178,40
Abril	398,10	3.216,60	3.614,70	167,30	1.473,90	1.641,20
Maiο	2.044,00	4.291,50	6.335,50	1.091,90	1.945,90	3.037,80
Junho	1.473,20	3.762,00	5.235,20	829,80	1.365,70	2.195,50
Julho	1.472,60	3.527,00	4.999,60	685,30	1.159,30	1.844,60
Agosto	2.811,00	4.298,90	7.109,90	1.084,70	1.338,80	2.423,50
Setembro	2.694,80	3.162,40	5.857,20	1.057,40	1.156,00	2.213,40
Outubro	2.147,30	4.134,60	6.281,90	1.015,20	1.834,00	2.849,20
Novembro	1.598,20	2.543,00	4.141,20	834,80	1.045,90	1.880,70
Dezembro	1.109,70	589,10	1.698,80	500,30	173,10	673,40
TOTAL	22.453,80	40.923,90	63.377,70	10.967,20	17.328,40	28.295,60

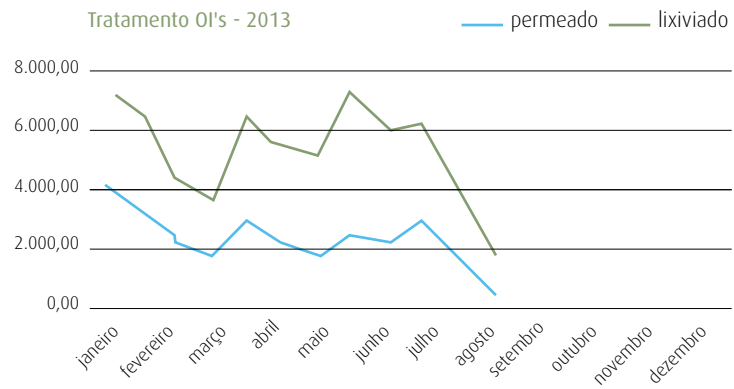
Com o tratamento instalado obteve-se um rendimento/eficiência de tratamento de 44,64%, ou seja, 63.377,70 m³ de lixiviado originaram 28.295,6 m³ de efluente tratado e 35.082,1 m³ de salmouras/concentrado.

Em termos gráficos podemos observar a relação entre a quantidade de lixiviado que chega às OI para tratamento e a quantidade que, efetivamente, é descarregada.

»

Gráfico 1

Representação da relação entre o lixiviado e a quantidade de efluente permeado produzido



»

As características qualitativas do lixiviado pode ser observada na tabela seguinte, bem como a sua evolução ao longo do ano.

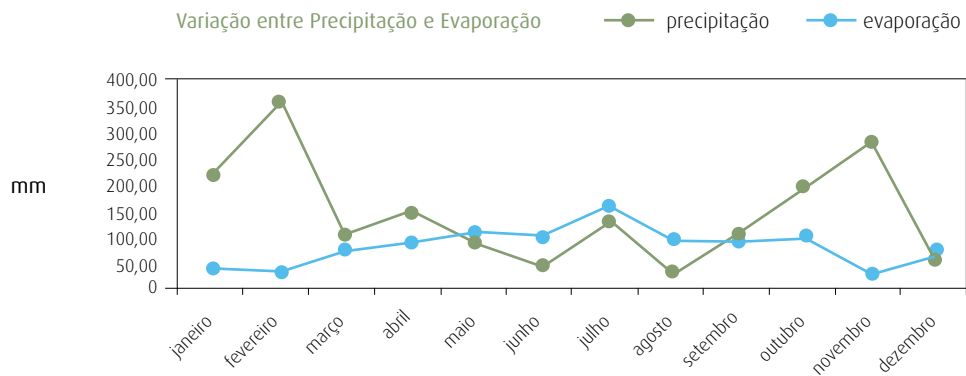
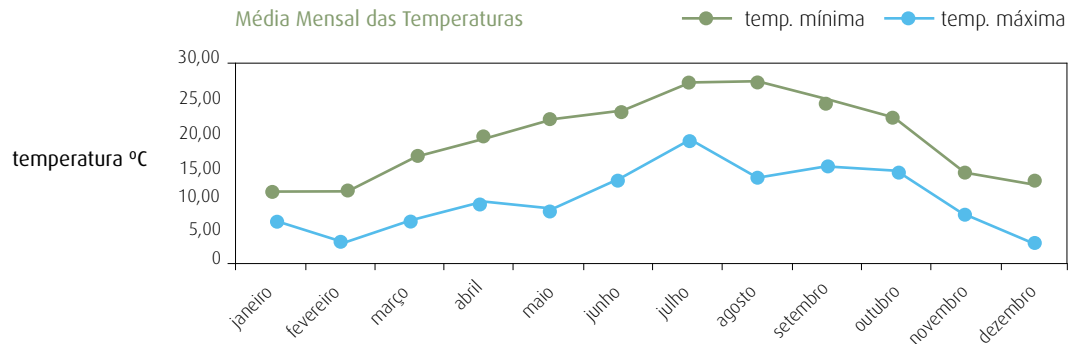
Lixiviado - 2014	Unidades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Azoto amoniacal	mg O ₂ /L	3900	4700	4500	6	2000	2900	3700	4800	4600	4100	2600	3200
cloreto	mg Cl/L	5060	2510	3380	794	2510	4730	4810	4780	4910	2680	3230	3640
condutividade	mS/cm (25°C)	29	23	34	5.1	10	25	28	43	38	30	24	28
Carência química de oxigénio	g O ₂ /L	6,8	1,0	1,6	1,2	5,7	8,1	12,0	21,0	16,0	19,0	17,0	14,0
pH	E.Sorensen	8,3	8	8,1	8,7	8,3	8,2	8,2	8,4	8,2	8	7,7	8,2
cianetos	mg CN/L			0,01			0,01			0,01			0,01
arsénio	mg As/L			0,51			0,24			0,505			0,3
cádmio	mg Cd/L			0,01			0,01			0,00043			0,01
crómio total	mg Cr/L			2,1			1,2			1,81			1
crómio VI	mg CR(VI)/L			0,05			0,05			0,05			0,05
mercúrio	mg Hg/L			0,001			0,001			0,001			0,001
chumbo	mg Pb/L			0,05			0,05			0,0199			0,05
Carbonatos / bicarbonatos	g CaCO ₃ /L			19			13			18			13
potássio	mg K/L			3000			2300			2980			2200
índice de fenóis	mg/L			4,5			0,9			1,1			3,5
COT	mg C/L						2200						7500
Fluoretos	mg F-/L						77						0,05
nitratos	mg NO ₃ /L						1						1
nitritos	mg NO ₂ /L						0,3						0,3
sulfatos	mg SO ₄ /L						18						5
sulfuretos	mg S/L						0,17						5,16
alumínio	mg Al/L						2,2						1,1
bário	mg Ba/L						0,16						0,1
cobre	mg Cu/L						0,1						0,1
ferro	mg Fe/L						13						17
manganês	mg Mn/L						0,86						1,4
magnésio	mg Mg/L						62,9						140
zinco	mg Zn/L						0,41						0,21
antimónio	mg Sb/L						0,14						0,11
níquel	mg Ni/L						0,29						0,31
selénio	mg Se/L						0,05						0,05
cálcio	mg Ca/L						79,5						360
AOX	mg Cl/L						1,75						2,46
hidrocarbonetos totais	mg/L						0,7						0,7
sódio	mg Na/L						1720						2000
Boro	mg/L						5,3						3,9

»

Dados meteorológicos

Existe um registo diário dos dados meteorológicos que contempla temperatura mínima, temperatura máxima, precipitação, velocidade e direção do vento (rumo predominante), % de humidade e evaporação.

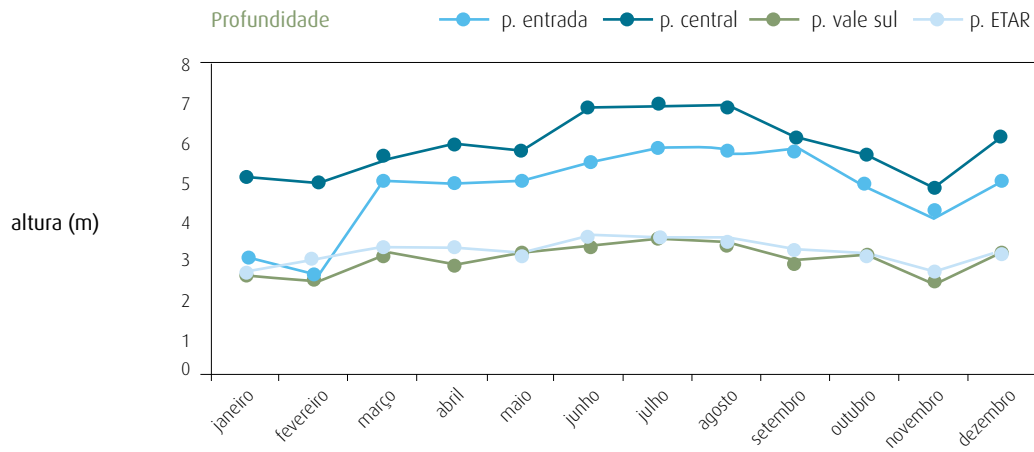
Os valores apresentados referem-se à estação meteorológica de Viseu visto, a mesma, ser a mais representativa do local em estudo.



Controlo de águas Subterrâneas

Existem 4 piezómetros (um a montante e 3 a jusante). A montante encontra-se o piezómetro da entrada e a jusante podemos encontrar os piezómetros Central, Vale Sul e ETAR.

A medição do nível piezométrico foi realizada mensalmente e os respectivos valores encontram-se representados graficamente.



»

Controlo de águas superficiais

A amostragem ao meio hídrico superficial, a montante e jusante da zona de implantação do aterro, permite avaliar o seu possível impacto ambiental sob o meio hídrico superficial.

A linha de água em estudo é o Ribeiro do Vale que dista aproximadamente 100 metros dos limites dos terrenos do Centro de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão.

Foram monitorizados dois pontos, um a montante e outro a jusante, do ponto de descarga das águas residuais provenientes do aterro.

Os resultados obtidos nas campanhas de amostragem trimestrais realizadas em Março, Junho, Setembro e Dezembro foram os seguintes:

2014		março	junho	setembro	dezembro
pH (E.Sorensen)	Montante	6,3	6,3	6,2	6,6
	Jusante	6,5	7,8	6,7	7,1
cloretos (mg Cl/L)	Montante	9,9	12	27	11
	Jusante	14	62	66	22
condutividade (uS/cm (25°C))	Montante	56,4	74,5	118	63,2
	Jusante	90,4	1060	425	225
sulfatos (mg SO ₄ /L)	Montante	5	5	5,9	5
	Jusante	5	17	26	6
oxigénio dissolvido (mg O ₂ /L)	Montante	9,6	8,3	7,1	9,8
	Jusante	9,6	1,1	8,1	10
fosfatos (mg P ₂₀₅ /L)	Montante	0,023	0,07	0,069	0,023
	Jusante	0,023	0,92	0,023	0,21
nitratos (mg NO ₃ /L)	Montante	4,7	5,2	10	6,6
	Jusante	5,1	1	50	2,8
azoto amoniacal (mg NH ₄ /L)	Montante	0,05	0,11	0,3	0,05
	Jusante	0,47	1,2	1,9	0,96
carbono orgânico total (mg C/L)	Montante	1,1	1	1,9	1,2
	Jusante	1,3	32	16	6,1
carência bioquímica de oxigénio (mg O ₂ /L)	Montante	3	3	3	3
	Jusante	4	12	3	3
carência química de oxigénio (mg O ₂ /L)	Montante	16	10	12	10
	Jusante	10	48	38	10
óleos e gorduras (mg/L)	Montante	0,01	0,016	0,036	0,029
	Jusante	0,01	0,23	0,055	0,054
níquel (mg Ni/L)	Montante	0,005	0,005	0,0077	0,005
	Jusante	0,005	0,008	0,0139	0,005
cobre (mg Cu/L)	Montante	0,01	0,01	0,0023	0,01
	Jusante	0,01	0,01	0,0057	0,01
zinco (mg Zn/L)	Montante	0,01	0,01	0,0319	0,01
	Jusante	0,01	0,028	0,035	0,01
sólidos suspensos totais (mg/L)	Montante	3	3	3	3
	Jusante	3	5	3	3
fenóis (mg/L)	Montante	0,001	0,001	0,001	0,001
	Jusante	0,001	0,001	0,001	0,001
arsénio (mg As/L)	Montante	0,001	0,001	0,001	0,001
	Jusante	0,001	0,003	0,003	0,001
crómio total (mg Cr/L)	Montante	0,005	0,005	0,0013	0,005
	Jusante	0,005	0,025	0,0128	0,005
cádmio (mg Cd /L)	Montante	0,001	0,001	0,0004	0,001
	Jusante	0,001	0,001	0,0004	0,001
potássio (mg K/L)	Montante	1,1	1,5	4,18	1,2
	Jusante	2,8	81	33,4	9,8
mercúrio (mg Hg /L)	Montante	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003
	Jusante	0,0003	0,0003	0,0003	0,0003
chumbo (mg Pb/L)	Montante	0,003	0,003	0,001	0,003
	Jusante	0,003	0,003	0,001	0,003

»

Energia Produzida

Durante o ano de 2014 foi produzida na instalação, energia elétrica, resultante da queima do biogás nos motogeradores. A energia produzida é vendida à rede pública. Note-se que na coluna referente ao total produzido e venda os valores diferem. Essa diferença corresponde ao consumo interno dos motogeradores.

Tabela 1
Energia produzida na CVE

Equipamento	Energia eléctrica produzida (KWh) 2014	
	TOTAL produzida	Venda à rede
FF2+FF3		
Janeiro	765.000	738.000
Fevereiro	679.530	656.380
Março	774.700	728.650
Abril	663.700	640.750
Maio	749.500	731.760
Junho	721.800	666.320
Julho	592.900	590.110
Agosto	601.900	588.240
Setembro	701.200	678.360
Outubro	856.000	820.100
Novembro	810.200	791.250
Dezembro	850.400	831.920
TOTAL	8.766.830	8.461.840

»

3.5. Educação Ambiental

O futuro dos sistemas de gestão de RSU está cada vez mais dependente dos resultados obtidos ao nível da valorização e reciclagem. As exigentes metas impostas aos sistemas, obrigam a uma aposta cada vez mais forte nesta actividade.

Sendo globalmente reconhecido que o sucesso de programas de valorização e reciclagem, está fortemente dependente da participação voluntária dos cidadãos, importa assegurar que estes estejam sensibilizados e motivados, de modo a garantir a sustentabilidade do sistema.

Assim sendo, a Educação Ambiental assume um papel preponderante na vida destas instituições e deve ser encarada como um processo contínuo e regular.

No Planalto Beirão, esta atividade foi sempre encarada deste modo e essencialmente focada na formação de base das crianças e jovens, assegurando assim um processo contínuo de mudança de mentalidades e sobretudo de atitudes.



»

2.9.1. Revista “Planalto Beirão News”

A newsletter “Planalto Beirão News” iniciou a sua produção em 2002, assumindo desde essa data o papel de órgão de comunicação oficial da Associação de Municípios da região do Planalto Beirão. A “Planalto Beirão News” tem uma publicação trimestral e uma tiragem de 1.000 exemplares, contando já com 51 edições.

Concebida com o objectivo de divulgar a actividade desta associação e também sensibilizar os seus leitores para as questões ambientais, a “Planalto Beirão News” é enviada para uma lista de destinatários previamente seleccionados e ainda utilizada para outras actividades, tais como eventos, ações de formação e visitas de estudo.

Dentro dos destinatários da revista podemos mencionar:

Municípios Associados da AMRPB

Juntas de Freguesia dos 19 Municípios

Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais de Gestão de Resíduos

Escolas dos 19 Municípios

Empresas e Instituições ligadas ao sector ambiental.

Todos os conteúdos da “Planalto Beirão News” (texto e imagem) são integralmente desenvolvidos a nível interno, estando apenas a paginação, arranjos gráficos e impressão da revista a cargo de um fornecedor externo.



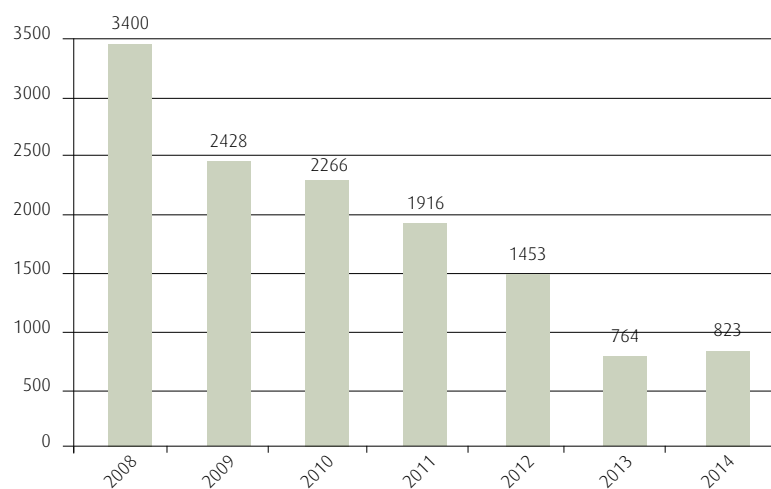
»

2.9.2. Visitas de Estudo ao Centro de Tratamento de RSU

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2014 o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão recebeu 823 visitantes, na sua grande maioria estudantes dos diversos níveis de ensino. Este número representa um aumento de 7,5% face a 2013, mas continua longe dos valores de anos anteriores a 2011 em que a média de superava os 2.000 visitantes anuais.

Número de visitantes anuais (2008-2014)

Relativamente aos anos anteriores mantém-se a maior afluência de visitas nos meses do primeiro semestre, com especial incidência nos meses que constituem o 2.º e 3.º períodos do ano lectivo.



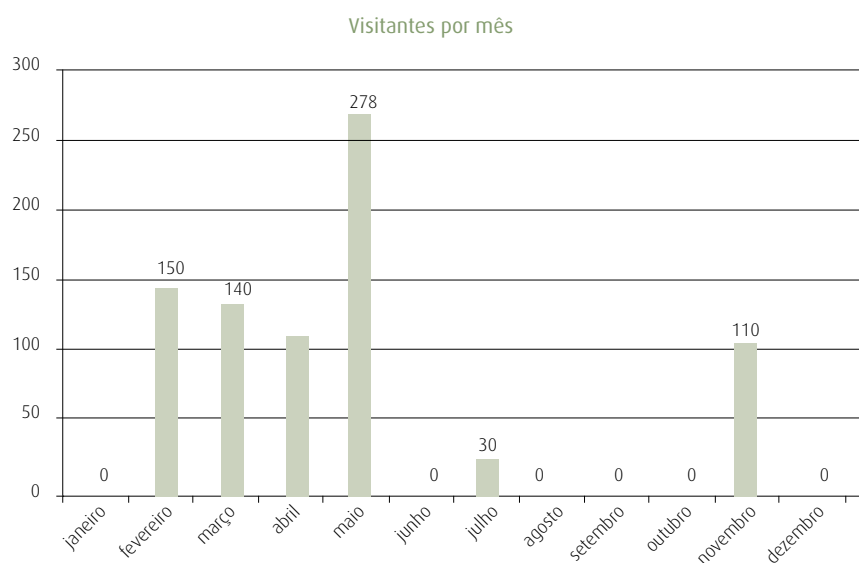
»

Número de visitantes por mês (Ano de 2014)

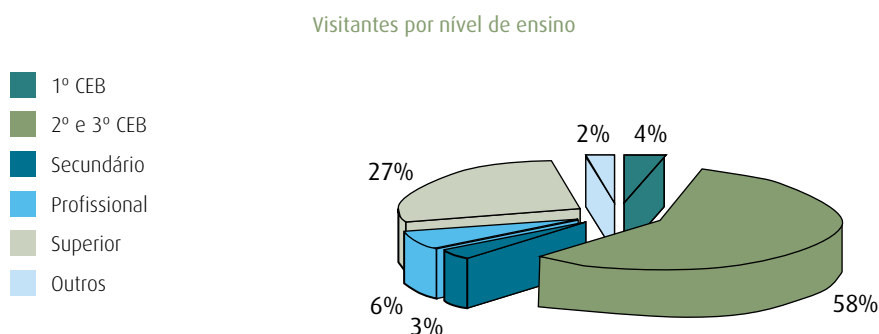
Analisando do ponto de vista do perfil dos visitantes, verifica-se que o grupo dominante é o constituído pelos alunos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e dentro deste no caso de 2014, uma forte predominância de alunos do 8.º ano, possivelmente devido aos conteúdos programáticos relacionados com a temática ambiental.

Comparativamente a anos anteriores houve um elevado decréscimo ao nível dos alunos do 1.º ciclo, que eram por norma um dos grupos mais representativos.

Mantém-se a elevada afluência de alunos do ensino superior, não só de instituições sediadas na nossa área de influência como de outros pontos do país. Estas instituições visitam-nos sistematicamente há já alguns anos.



Visitantes por nível de ensino (2014)



2.9.3. Dia do Planalto Beirão

O “Dia do Planalto Beirão” é uma ação que faz parte de um plano comunicação a desenvolver em parceria com a Ferrovial Serviços, com a duração de 8 anos, no âmbito do contrato de recolha de RSU. Esta ação é direcionada para alunos do 1.º ciclo do ensino básico e será realizada anualmente nas nossas instalações.

De modo a que seja possível a participação de crianças de todos os municípios abrangidos, estabeleceu-se um sistema de rotatividade em que participam na ação quatro municípios por ano. Assim sendo, a atividade iniciou-se com os municípios de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde e Mortágua, num total de aproximadamente 200 crianças. De forma a permitir que todos pudessem participar nas atividades previstas, metade das crianças esteve presente no período da manhã e os restantes no período da tarde.

As atividades foram constituídas por diversos jogos lúdico-pedagógicos centrados na temática ambiental e também uma pequena peça de teatro.

Apesar das condições climáticas adversas que se verificaram no dia 22 de Maio, conseguiram-se adaptar todas as actividades previstas ao espaço disponível, de modo a que nenhuma deixasse de se realizar.

Peça de Teatro



»

Jogos didáticos



»

2.9.4. Campanha “Separar para Reduzir” – ENERVIDA

Nos dias 11 a 14 de Setembro estivemos presentes na ENERVIDA em Viseu. Inserida na Feira de São Mateus, esta feira foi um evento dedicado às áreas da sustentabilidade, ambiente, turismo, energias e tecnologias.

Em parceria com a Ferrovia Serviços, a Associação de Municípios Planalto Beirão dinamizou um espaço que, no âmbito da campanha “Separar para Reduzir”, teve como principal objectivo sensibilizar a população de Viseu e quem visitava a Feira de São Mateus, para a importância da gestão de resíduos, assim como apelar para o seu contributo na melhoria do ambiente na região, separando corretamente os resíduos e depositando-os nos locais adequados.

No espaço do stand estiveram dois painéis relativos à campanha, onde foram prestadas todas as informações sobre o sistema de gestão de resíduos do Planalto Beirão, bem como recolhidas sugestões e opiniões. Esta ação de sensibilização incluiu ainda a dinamização de jogos lúdico-pedagógicos, que contaram a participação de inúmeros visitantes do evento.



»

Vista geral do espaço



Atividades/jogos com os visitantes



»

2.9.5. 6º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias a favor do IPO

Pelo sexto ano consecutivo, a Ecopilhas, Sociedade Gestora de Pilhas e Acumuladores, implementou esta campanha em que a receita gerada pelas pilhas e baterias recolhidas durante os meses de Novembro e Dezembro, seriam utilizadas para adquirir dois equipamentos de diagnóstico para o IPO de Lisboa.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, trabalhou também em parceria com a Ecopilhas nesta iniciativa, divulgando-a junto dos seus associados e assegurando a recolha de pilhas, nos seus 19 ecocentros e inúmeros outros pontos de recolha disponíveis na sua área de intervenção.

Durante o ano de 2014 foram recolhidas 3 toneladas de pilhas no Planalto Beirão, sendo estas entregues à Ecopilhas para tratamento adequado. Desta forma, foi assim também dado o nosso contributo para uma causa tão nobre.

Cartaz de divulgação da campanha



»

2.9.6. Guia Pedagógico “O Circuito dos Resíduos”

O Guia Pedagógico “O Circuito dos Resíduos”, é uma publicação desenvolvida em parceria com a Ferrovial Serviços, no âmbito das ações de sensibilização previstas ao abrigo do contrato de prestação de serviços de recolha de RSU.

Tem como público-alvo a comunidade escolar e o objetivo de sensibilizar para as boas práticas ao nível da gestão de resíduos.

No guia são abordados conceitos que vão desde a prevenção da produção dos resíduos, a política dos 3 R's, regras de separação, tratamento e valorização de resíduos.

A distribuição tem sido feita em visitas de estudo e também noutros eventos e ações.

Capa do Guia Pedagógico



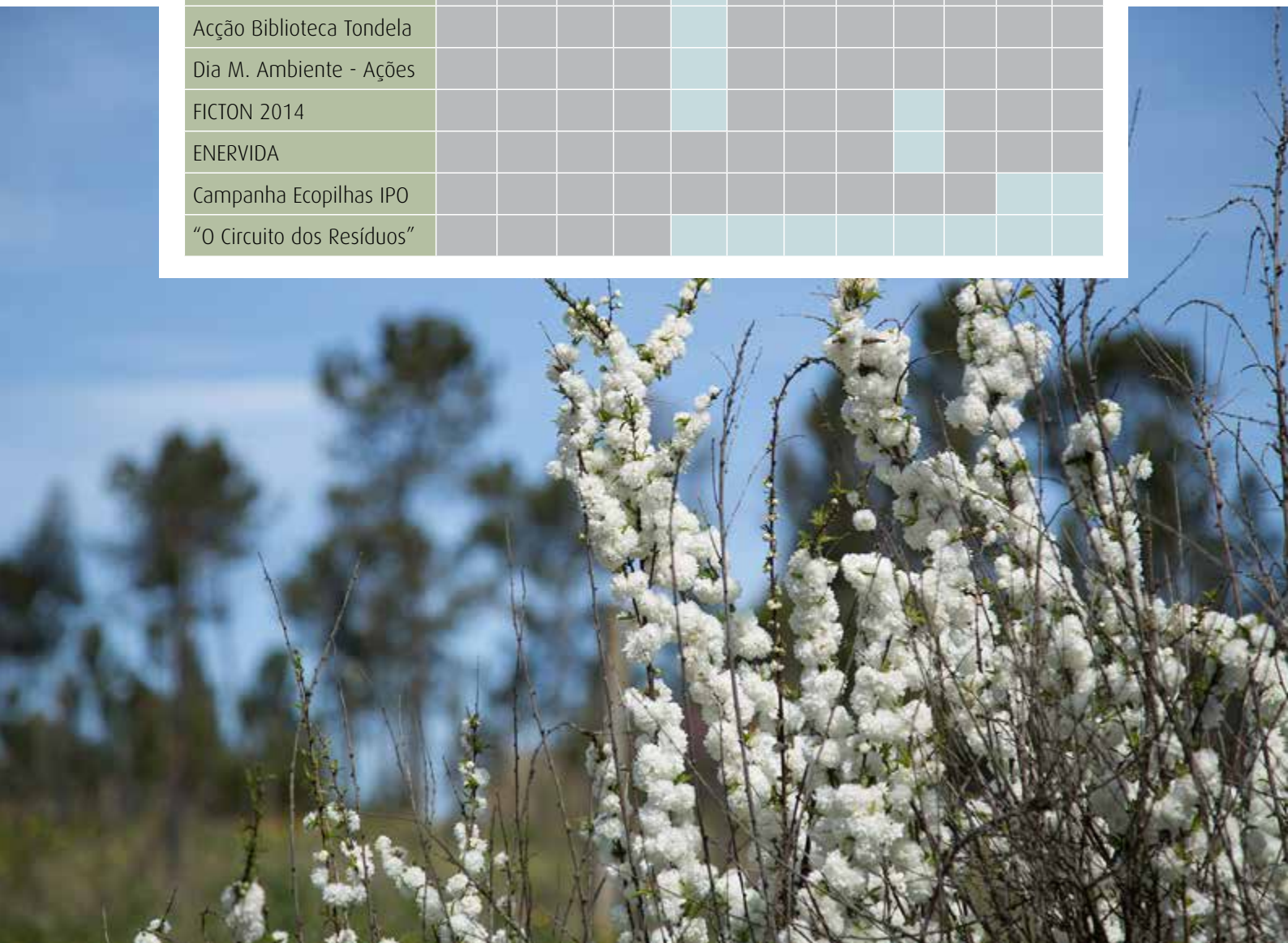
Exemplo de conteúdos do Guia Pedagógico



»

2.9.7. Cronograma de Acções

Acções	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Planalto Beirão News												
Visitas de Estudo												
Facebook												
Dia do Planalto Beirão												
Acção Biblioteca Tondela												
Dia M. Ambiente - Acções												
FICTON 2014												
ENERVIDA												
Campanha Ecopilhas IPO												
"O Circuito dos Resíduos"												



»

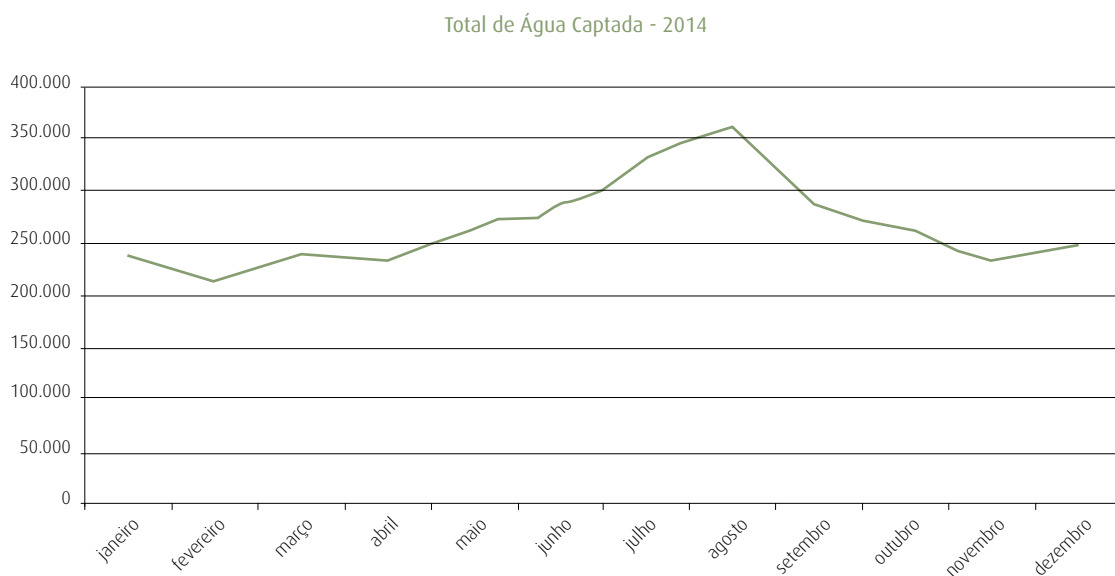
3.6. Abastecimento de Água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela

Este subsistema para os municípios envolvidos evidencia uma gestão cuja contabilidade se autonomiza das demais atividades da Associação de Municípios.

1 Aspectos Técnicos

1.1 Volume de água Captada:

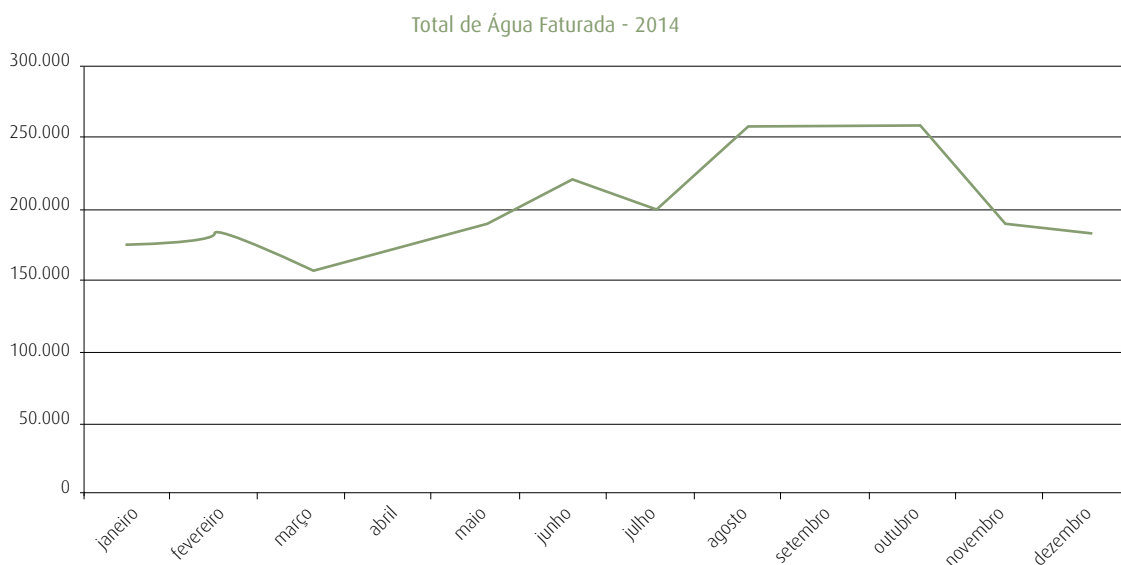
A Concessionária captou um volume de 3.195.084m³.



»

1.2 Volume de Água Faturada:

A Concessionária faturou 2.444.428m³ de água.



1.2.1 Detalhe do Volume de Água Faturada

1.2.1.1 Decomposição do Volume de Água Faturada, por tipologia de consumo:

Os Utilizadores Domésticos têm um peso de 90% no conjunto total de contratos existentes, e um peso de 71% no volume de água vendido. Este cenário tem-se mantido constante ao longo dos anos.

Tipo do Cliente	Volume Vendido (M3)	Peso Total (%)	Valor de Venda Água (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Utilizadores	Peso Total (%)
Doméstico	1.742.598	71.3%	2.045.171	1,17	31.252	90.1%
Comércio e Indústria	246.047	10.1%	533.067	2,17	2.225	6.4%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	286.674	11.7%	147.271	0,51	724	2.1%
Público	54.765	2,2%	72.997	1,33	105	0.3%
Instituições de Utilidade Pública	113.347	4,6%	150.898	1,33	356	1,0%
Tarifa Especial	997	0,0%	766	0,77	9	0,0%
Total	2.444.428		2.950.170		34.671	

»

1.2.1.2 Decomposição geográfica do consumo:

O Concelho de Mortágua continua a apresentar o índice de “consumo médio” mais elevado da área de concessão, sendo que o Município de Tábua surge com o “consumo médio” mais baixo.

Em termos comparativos com o ano 2013 assinalamos um decréscimo do nível de consumo médio.

Distribuição Geográfica do Consumo	Volume Vendido (m3)	Venda de água (€)	Nº de utilizadoreS	Consumo Médio Mensal (M3) por Utilizador
Carregal do Sal	368.341	437.819	5.624	5,46
Mortágua	509.947	639.269	5.134	8,28
Santa Comba Dão	446.600	547.002	6.189	6,01
Tábua	374.677	439.774	6.294	4,96
Tondela	744.864	886.305	11.430	5,43
Total	2.690.036	2.950.170	34.671	5,88

1.3.1.3 Evolução do Consumo médio

A Concessionária regista um consumo médio muito baixo (5,9m3).

A área de concessão é predominantemente rural, dispondo os Utilizadores com fontes alternativas de abastecimento (poços e furos). Por outro lado, temos muitos Utilizadores sazonais, que só utilizam o imóvel em época de férias.

	2012	2013	2014
Consumo médio	6,40	6,29	5,88

1.3 Nível de Perdas de Água

No ano 2014 registou perdas de cerca de 23,5% do volume de água produzida.

Volume de Água (M3)	2012	2013	2014	Varição (%) 2012/13
Água Produzida	3.534.512	3.425.199	3.195.084	6,7%
Água Vendida	2.690.036	2.617.821	2.444.428	6,6%
Perdas (%)*	24%	23.6%	23.5%	0.1 p.p.

»

1.4 N.º de Utilizadores

Em 2014 a Empresa registou uma diminuição de 37 Utilizadores, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução do N.º de Utilizadores:

	2012	2013	2014
Número de Clientes	35.012	34.708	34.671

1.4.1 Novos Contratos

A empresa celebrou 1.067 contratos de fornecimento de água.

Contratos Celebrados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Peso
Carregal Do Sal	14	14	5	10	22	11	12	19	13	12	22	25	179	17%
Mortágua	6	5	5	5	6	10	16	10	12	13	12	13	113	11%
Santa Comba Dão	2	6	5	7	12	12	16	28	20	20	10	20	157	15%
Tábua	7	14	11	8	12	12	17	14	25	30	16	25	191	18%
Tondela	29	16	12	12	21	26	48	63	72	52	39	37	427	40%
Total	58	55	38	42	73	71	108	134	142	127	99	120	1.067	

Evolução no N.º de Contratos Celebrados:

	2012	2013	2014
Contratos Celebrados	1.302	1.004	1.067



1.4.2 Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2014, a Concessionária registou 1.104 denúncias de contrato de fornecimento.

Denúncias de Contrato	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Peso
Carregal do Sal	15	16	17	12	15	18	17	17	20	20	22	18	207	19%
Mortágua	10	6	7	4	5	5	6	13	16	12	10	13	107	10%
Santa Comba Dão	15	14	11	8	10	19	21	22	29	21	4	23	197	18%
Tábua	24	13	18	16	17	21	20	27	25	27	12	12	232	21%
Tondela	41	22	20	17	18	32	28	44	48	45	21	25	361	33%
Total	105	71	73	57	65	95	92	123	138	125	69	91	1.104	

Evolução no N.º de Denúncias de Contrato:

	2012	2013	2014
Denúncias de Contratos	1.301	1.308	1.104

1.5 N.º de Ramais Executados

A Concessionária executou 52 ramais domiciliários.

	2012	2013	2014
Ramais executados	100	51	52



»

Vista parcial da zona de tratamento na ETA de Mosteiro de Fráguas



»

1.6 Interrupções de Fornecimento Acidentais

O número de roturas na rede de distribuição de água mantém-se elevado, tendo-se registado 991 roturas durante o ano.

O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 37%.

Localização	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Peso
Carregal Do Sal	9	3	7	6	7	15	11	11	12	11	12	12	117	12%
Mortágua	11	11	16	13	10	23	24	26	31	22	12	17	216	22%
Santa Comba Dão	4	7	14	6	14	8	15	8	14	7	5	7	109	11%
Tábua	19	13	30	200	35	51	47	39	37	24	22	28	365	37%
Tondela	13	13	19	8	26	27	18	25	15	10	8	22	184	19%
Total	56	48	86	53	92	104	115	109	109	74	59	86	991	

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Peso
Rede	28	28	42	26	40	49	51	46	45	42	23	38	458	46%
Ramais	28	20	44	27	52	55	64	63	64	32	36	48	533	54%
Total	56	48	86	53	92	104	115	109	109	74	59	86	991	

Evolução do N.º de Roturas:

	2012	2013	2014
Roturas	1.184	1.131	991

1.7 Evolução da Qualidade da Água Distribuída

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de agosto, com a realização de análises aos seguintes parâmetros:

Tipo de análise	2014
Controlo Rotina 1	94
Controlo Rotina 2	1.190
Controlo Inspeção	532
Parâmetros individuais	401

»

2 Aspetos Financeiros

2.1 Receitas de Exploração detalhadas

A Concessionária atingiu um Volume de Negócios de 5.935.547€.

O volume de Negócios registou uma diminuição de -3,2%.

Decomposição do Volume de Negócios

Vendas e Prestações de serviços	2012	2013	2014	Variação(%) 2013/14
Tarifa Variável - Venda de Água	2.994.854	3.158.467	2.950.170	(6,6%)
Tarifa Fixa - Disponibilidade	2.543.551	2.774.051	2.808.407	(1,2%)
Total de Vendas Variável + Fixa	5.538.405	5.932.518	5.758.577	(2,9%)
Ramais Domiciliares	41.925	23.419	18.741	(20%)
Outros Serviços	178.926	172.977	158.229	(8,5%)
Total das Prestações de Serviços	220.851	196.396	176.970	(9,9%)
Total de Volume de Negócios	55.759.256	6.128.914	5.935.547	(3,2%)

»

IV

Demonstrações Financeiras



4.1. Balanço

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão					
BALANÇO					
ANO : 2014					
Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.727.720,06		1.727.720,06	1.727.720,06
422	Edifícios e outras construções	89.720.600,91	19.049.079,04	70.671.521,87	73.409.323,76
423	Equipamento básico	7.575.981,84	7.575.981,84		
424	Equipamento de transporte	45.530,65	45.530,65		5.209,96
425	Ferramentas e utensílios	9.043,62	9.043,62		
426	Equipamento administrativo	53.529,25	45.734,74	7.794,51	9.171,43
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	21.504,13	21.504,13		
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		99.153.910,46	26.746.874,02	72.407.036,44	75.151.425,21
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	36.000,00		36.000,00	
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		36.000,00	0,00	36.000,00	0,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão					
BALANÇO					
ANO : 2014					
Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	2.663.042,68		2.663.042,68	2.595.116,68
212	Contribuintes, c/c				
213	Utentes, c/c	352.538,06		352.538,06	502.230,69
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	661.633,12		661.633,12	852.757,89
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	2.747.891,23		2.747.891,23	12.603.446,10
		6.425.105,09	0,00	6.425.105,09	16.553.551,36
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	371.807,37		371.807,37	816.118,35
11	Caixa				
		371.807,37		371.807,37	816.118,35
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	686.399,22		686.399,22	623.928,78
272	Custos diferidos				
		686.399,22		686.399,22	623.928,78
	Total de amortizações		26.746.874,02		
	Total de provisões		0,00		
	Total do activo	106.673.222,14	26.746.874,02	79.926.348,12	93.145.023,70

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão			
BALANÇO			
ANO : 2014			
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
	Fundos próprios		
51	Património	20.254.451,41	20.218.451,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	5.650.881,90	5.650.881,90
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-11.156.659,07	-14.759.445,70
88	Resultado líquido do exercício	-360.279,22	-218.471,08
		14.388.395,02	10.891.416,53
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	8.990.949,60	4.101.292,38
		8.990.949,60	4.101.292,38
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	1.072.538,06	1.524.918,89
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	299.743,24	5.321.707,13
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.680.372,11	15.175.266,52
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.823,39	3.273,89
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	73.885,85	73.885,85
2618	Fornecedores Imobilizado - Fat conferência		42.508,00
		3.129.362,65	22.141.560,28
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	22.822,74	61.107,96

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão			
BALANÇO		ANO : 2014	
Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
274	Proveitos diferidos	53.394.818,11	55.949.646,55
		53.417.640,85	56.010.754,51
Total dos fundos próprios e do passivo		79.926.348,12	93.145.023,70
<p style="text-align: center;">ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em ... de de</p> <p>.....</p>		<p style="text-align: center;">ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em ... de de</p> <p>.....</p>	

Na análise do balanço pretendemos apenas fazer uma explicação sobre os valores mais relevantes.

ATIVO

A conta 21, com o valor de 3.015.580,74 €, traduz a dívida dos municípios.

A conta 268 – Devedores e Credores Diversos com o valor de 2.747.891,23€.

Esta conta inclui os valores a receber do Fundo de Coesão.

A conta 24 apresentada um saldo de 661.633,12€ relativo ao IVA a receber da Autoridade Tributária.

A conta de depósitos em instituições financeiras apresenta o valor de 371.807,37€.

PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS

As dívidas a instituições de crédito, 4.044.530,47€, refere-se ao acordo de pagamento celebrado com o BES, e o restante valor ao acordo de pagamento celebrado com a Cespa, SA.

A Associação de Municípios tem vindo gradualmente a reduzir o valor em dívida.

A conta 274 - Proveitos diferidos reflete o valor total a receber do Fundo de Coesão.



»

4.2. Demonstração de Resultados

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração de resultados

ANO : 2014

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2014		2013	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	8.265.113,48		7.693.757,34	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	92.993,42		128.291,37	
643 a 648	Encargos sociais	14.267,80	8.372.374,70	18.650,61	7.840.699,32
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	0,00	0,00	146.763,74	146.763,74
66	Amortizações do exercício	2.748.041,48		2.586.686,24	
67	Provisões do exercício	0,00	2.748.041,48	0,00	2.586.686,24
65	Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	3,46	3,46
	(A)		11.120.416,18		10.574.152,76
68	Custos e perdas financeiras	258.291,93	258.291,93	384.497,24	384.497,24
	(C)		11.378.708,11		10.958.650,00
69	Custos e perdas extraordinárias	81.162,59	81.162,59	1.191.028,04	1.191.028,04
	(E)		11.459.870,70		12.149.678,04
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-360.279,22	0,00	-218.471,08
			11.099.591,48		11.931.206,96
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	36.944,20		61.652,05	
712	Prestações de serviços	279.750,64		0,00	
713	Outras Prestações de serviços	8.561.379,49	8.878.074,33	7.995.456,69	8.057.108,74
72	Impostos e taxas	435.183,63		355.056,25	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	145.338,54		0,00	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	233.813,37	814.335,54	484.746,94	839.803,19
	(B)		9.692.409,87		8.896.911,93
78	Proveitos e ganhos financeiros	72.859,97	72.859,97	352.365,80	352.365,80
	(D)		9.765.269,84		9.249.277,73
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.334.321,64	1.334.321,64	2.681.929,23	2.681.929,23
	(F)		11.099.591,48		11.931.206,96

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-1.428.006,31	-1.677.240,83
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	-185.431,96	-32.131,44
Resultados correntes: (D)-(C);	-1.613.438,27	-1.709.372,27
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	-360.279,22	-218.471,08

Orgão executivo

Em de de

.....

Orgão deliberativo

Em de de

.....

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	82,57	55,44
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	72.777,40	352.310,36
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	258.291,93	384.497,24	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-185.431,96	-32.131,44	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		72.859,97	352.365,80	789	Reembolsos e Anulações	0,00	0,00
						72.859,97	352.365,80

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	1.168.200,35	794	Ganhos em imobilizações	0,00	1.400.000,00
695	Multas e Penalidades	20.641,04	22.827,69	795	Benefícios de penalidades contratuais	43.924,61	97.000,09
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	60.521,55	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	657,77	13.530,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.289.739,26	1.171.399,14
	Resultados extraordinários	1.253.159,05	1.490.901,19				
		1.334.321,64	2.681.929,23			1.334.321,64	2.681.929,23

A demonstração de resultados faz a análise dos custos e dos proveitos do exercício.

O valor de 8.265.113,48€ na conta de Fornecedores e serviços externos está relacionado principalmente, com os trabalhos especializados derivados da recolha e tratamento de resíduos.

A rubrica de custos e perdas financeiras engloba os juros suportados pela Associação com o acordo de regularização de dívida. Este acordo foi celebrado com instituições bancárias para pagamento de faturas da empreitada - Construção da Central de Valorização Orgânica, devido ao atraso nos recebimentos do Fundo de Coesão e ao valor referente ao capital próprio do investimento.

4.3. Controlo orçamental da despesa e da receita

Controlo Orçamental – Despesa

Código	Descrição	Grau de Execução
01	Administração Intermunicipal	
01 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	98,56
01 100603	Sociedade financeira – bancos e outras inst.	99,62
0201	Conselho Administração – RSU	91,43
020101	Despesas com pessoal	73,82
0201010103	Pessoal dos quadros	99,65
020101011002	Pessoal dos quadros	83,51
0201010111	Representação	36,79
020101011301	Subsídio de refeição	85,18
020101011401	Pessoal dos quadros	49,84
020101030501	Assistência na doença dos funcionários publ	57,17
02010103050201	Caixa Geral de Aposentações	69,42
0201020108	Material de escritório	52,59
0201020118	Livros e documentação técnica	89,70
0201020121	Outros bens	72,25
0201020203	Conservação de bens	60,90
0201020210	Transportes	00,23
0201020212	Seguros	78,66
0201020213	Deslocações e estadas	71,92
0201020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	25,54
0201020225	Outros Serviços	90,94
020102022501	Recolha de resíduos sólidos urbanos	95,14
02010202250201	Tratamento de resíduos	89,57
02010202250202	Taxa Gestão Resíduos	89,64
020102022503	Campanhas de sensibilização	05,61
020102022504	Outras	82,23
020104050102	Freguesias	47,86
020106020305	Outras	00,16
020107010411	Infraestruturas para tratamento resíduos sólidos	99,99
0202	Conselho Administração–Abastecimento Águas	
020202	Aquisição de bens e serviços	47,32
020202011601	Água	47,32
020207	Aquisição de bens de capital	88,81
020207010407	Captação e distribuição de água	88,81

»

Controlo Orçamental – Receita

Código	Descrição	Grau de Execução
02	Impostos indiretos	
020206999	Outros	4,15
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401239902	Concessão Águas do Planalto – Sobretaxa	108,44
040201	Juros de mora	33,12
05	Rendimentos de propriedade	
050201	Banco e outras instituições financeiras	3,65
05109902	Concessão Águas do Planalto	105,31
06	Transferências correntes	
06010102	Empresas Públicas	98,69
06050101	Recolha de resíduos sólidos urbanos	77,63
0605010201	Tratamento de resíduos	104,16
0605010202	Taxa de Gestão Resíduos	101,68
06050103	Quotizações	84,98
06050104	Outras (juros de empréstimos)	251,53
07	Venda de bens e serviços	
07010801	Água (Concessão Águas Planalto)	197,55
08	Outras receitas correntes	
08019999	Diversas	382,84
10	Transferências de capital	
100307	Estado – Particip. Comunitárias proj. co-financiados	46,78
10050103	Outros (Amortização de Empréstimos)	221,49
16	Saldo da gerência anterior	
160101	Na posse dos serviços	100,00

»

4.4 Fluxos de caixa

Fluxos de Caixa		
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO		Ano:2014
01-01-2014 a 31-12-2014		
Recebimentos		
Saldo de Gerência Anterior		816.118,39
Execução Orçamental		739.232,99
Operações de Tesouraria		76.885,40
Total das Receitas Orçamentais		22.210.176,94
Receitas Correntes		21.134.158,94
02	Impostos indirectos	20,78
0202	Outros	20,78
020206	Impostos indirectos específicos	20,78
02020699	Outros	20,78
0202069999	Outros	20,78
04	Taxas, multas e outras penalidades	499.983,97
0401	Taxas	433.742,23
040123	Taxas específicas das autarquias locais	433.742,23
04012399	Outras	433.742,23
0401239902	Concessão Águas Planalto - Sobretaxa	433.742,23
0402	Multas e outras penalidades	66.241,74
040201	Juros de mora	66.241,74
05	Rendimentos da propriedade	89.589,32
0502	Juros - Sociedades financeiras	73,12
050201	Bancos e outras instituições financeiras	73,12
0510	Rendas	89.516,20
051099	Outros	89.516,20
05109902	Concessão Águas do Planalto	89.516,20
06	Transferências correntes	20.323.507,00
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	11.879.077,88
060101	Públicas	11.879.077,88
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	11.879.077,88
0605	Administração local	8.444.429,12
060501	Continente	8.444.429,12
06050101	Recolha de resíduos sólidos urbanos	2.981.047,54
06050102	Tratamento de resíduos	5.303.907,80
0605010201	Tratamento de resíduos	4.791.452,86
0605010202	Taxa de Gestão de resíduos	512.454,94
06050103	Quotizações	157.210,00
06050104	Outras (Juros de Empréstimos)	2.263,78
07	Venda de bens e serviços correntes	29.633,10
0701	Venda de bens	29.633,10
070108	Mercadorias	29.633,10
07010801	Água (Concessão Águas do Planalto)	29.633,10
08	Outras receitas correntes	191.424,77
0801	Outras	191.424,77
080199	Outras	191.424,77
08019999	Diversas	191.424,77
Receitas Capital		1.076.018,00
10	Transferências de capital	1.076.018,00
1003	Administração central	949.764,45
100307	Estado - Part comunitária proj co-financiados	949.764,45
1005	Administração local	126.253,55
100501	Continente	126.253,55
10050103	Outros (Amortização de Empréstimos)	126.253,55
Operações de Tesouraria		36.703,86
Total		23.062.999,19

»

Fluxos de Caixa		
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO		Ano:2014
01-01-2014 a 31-12-2014		
Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		22.654.284,96
Despesas Correntes		906,78
0103	Juros e outros encargos	906,78
01030103	Socied. Financ- Bancos e outras inst. financeiras	906,78
0103010302	Empréstimos de médio e longo prazos	906,78
Despesas Capital		56.781,57
0110	Passivos financeiros	56.781,57
011006	Empréstimos a médio e longo prazos	56.781,57
01100603	Socied.financ-bancos e outras inst. Financeiras	56.781,57
Despesas Correntes		19.953.664,30
020101	Despesas com o pessoal	112.783,37
02010101	Remunerações certas e permanentes	98.511,82
0201010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	49.628,40
0201010110	Gratificações	33.639,47
020101011002	Pessoal dos quadros	33.639,47
0201010111	Representação	5.518,40
0201010113	Subsídio de refeição	2.896,33
020101011301	Pessoal dos quadros	2.896,33
0201010114	Subsídio de férias e de Natal	6.829,22
020101011401	Pessoal dos quadros	6.829,22
02010103	Segurança social	14.271,55
0201010305	Contribuições para a segurança social	14.271,55
020101030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	1.429,43
020101030502	Segurança social dos funcionários públicos	12.842,12
02010103050201	Caixa Geral de Aposentações	12.842,12
020102	Aquisição de bens e serviços	19.802.587,71
02010201	Aquisição de bens	3.295,57
0201020108	Material de escritório	1.314,87
0201020118	Livros e documentação técnica	897,00
0201020121	Outros bens	1.083,70
02010202	Aquisição de serviços	19.799.292,14
0201020203	Conservação de bens	2.436,00
0201020210	Transportes	3,34
0201020212	Seguros	3.539,62
0201020213	Deslocações e estadas	1.438,48
0201020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	3.321,00
0201020225	Outros serviços	19.788.553,70
020102022501	Recolha de resíduos sólidos urbanos	5.684.795,44
020102022502	Tratamento de resíduos	14.085.067,48
02010202250201	Tratamento de resíduos	13.633.288,54
02010202250202	Taxa de Gestão de resíduos	451.778,94
020102022503	Campanhas de sensibilização	2.244,75
020102022504	Outros	16.446,03
020104	Transferências correntes	38.285,22
02010405	Administração local	38.285,22
0201040501	Continente	38.285,22
020104050102	Freguesias	38.285,22

»

Fluxos de Caixa		
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO		Ano:2014
01-01-2014 a 31-12-2014		
Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		22.654.284,96
Despesas Correntes		8,00
020106	Outras despesas correntes	8,00
02010602	Diversas	8,00
0201060203	Outras	8,00
020106020305	Outras	8,00
Despesas Capital		2.248.365,23
020107	Aquisição de bens de capital	2.248.365,23
02010701	Investimentos	2.248.365,23
0201070104	Construções diversas	2.248.365,23
020107010411	Infraestruturas para tratamento resíduos sólidos	2.248.365,23
Despesas Correntes		40.225,42
020202	Aquisição de bens e serviços	40.225,42
02020201	Aquisição de bens	40.225,42
0202020116	Mercadorias para venda	40.225,42
020202011601	Água	40.225,42
Despesas Capital		354.341,66
020207	Aquisição de bens de capital	354.341,66
02020701	Investimentos	354.341,66
0202070104	Construções diversas	354.341,66
020207010407	Captação e distribuição de água	354.341,66
Operações de Tesouraria		36.906,86
Saldo para a Gerência Seguinte		371.807,37
Execução Orçamental		295.124,97
Operações de Tesouraria		76.682,40
Total		23.062.999,19



»

Operações de Tesouraria

Contas		Saldo Gerência Anterior	Movimento Anual	Movimento Anual	Saldo Gerência Seguinte
Código	Designação	credor	devedor	credor	credor
2421	Trab. dependente	1.981,13	23.709,80	23.504,10	1.775,43
2422	Trab. independ	0,00	384,41	384,41	0,00
24512	Retenções func	185,00	2.751,00	2.811,00	245,00
24522	Retenções func	833,42	9.975,97	9.918,67	776,12
26301	ATAM	7,14	85,68	85,68	7,14
26851	Fornec. imob	73.878,71	0,00	0,00	73.878,71
total		76.885,40	36.906,86	36.703,86	76.682,40

4.5. Análise da dívida

Mapa de endividamento - outras dividas a terceiros

Fornecedor	Divida a 1 de Janeiro	Divida a 31 de Dezembro
Zagope, SA	996.349,69	0,00
Cipriano P. Carvalho, Lda	423.900,71	153.522,60
Cespa Portugal	9.805.550,26	7.462.636,25
Ecobeirão, SA	9.230.313,88	0,00
Sociedade do Caramulo	37.538,11	30.375,63
Masias Recycling	42.508,00	0,00
Martins Pereira & Assoc	3.321,00	0,00
BESLEASING	5.067.218,67	4.044.530,47
total	25.606.700,32	11.691.064,95

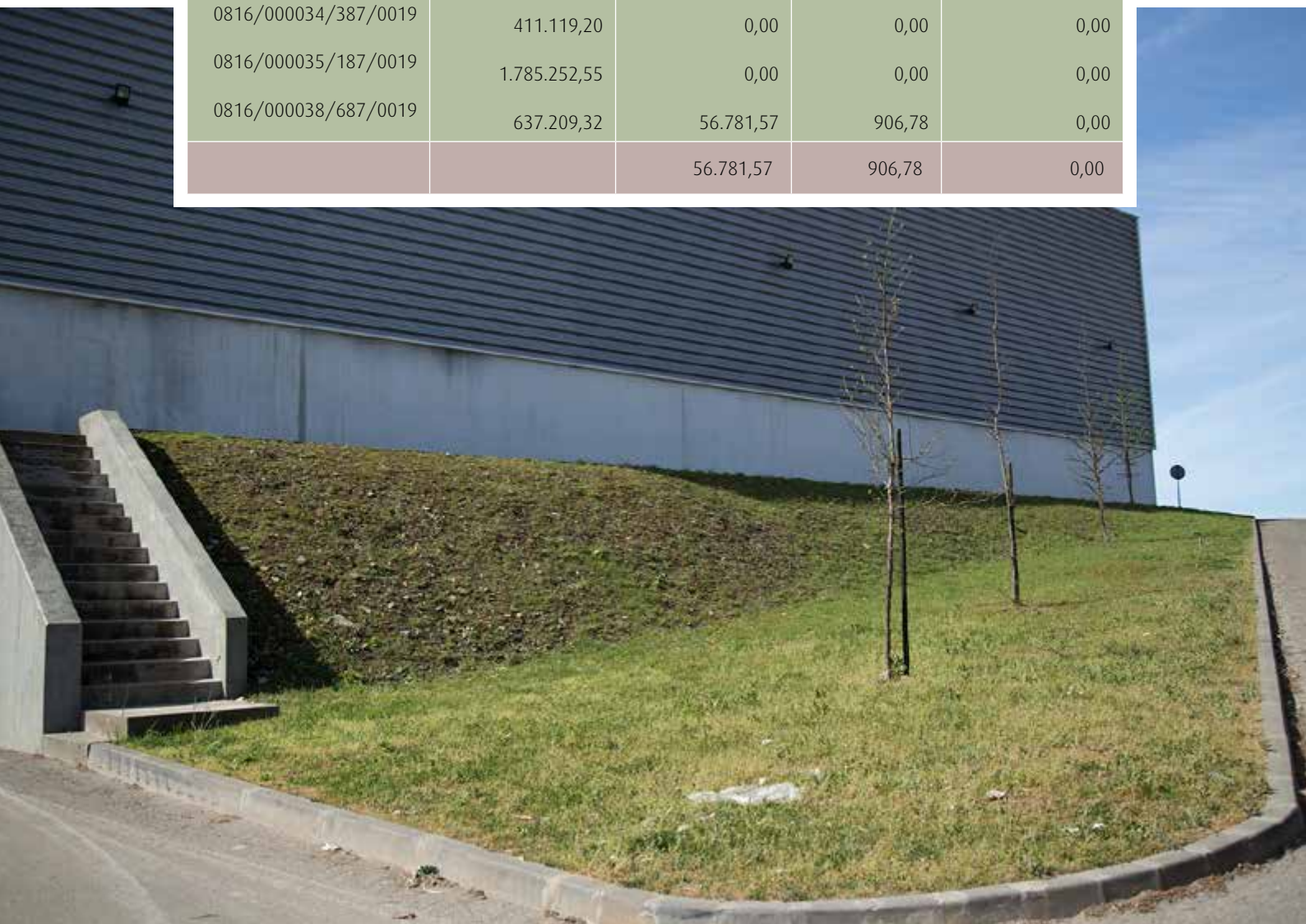
»

O quadro seguinte reflete, para além do valor dos empréstimos, a amortização anual, os juros pagos na gerência e o saldo em dívida a 31/12/2014.

Empréstimos a médio/longo prazos

(euros)

Empréstimos	Montante do empréstimo	Amortização	Juros	Saldo
0816/000030/087/0019	2.992.787,38	0,00	0,00	0,00
0816/000033/587/0019	507.826,14	0,00	0,00	0,00
0816/000034/387/0019	411.119,20	0,00	0,00	0,00
0816/000035/187/0019	1.785.252,55	0,00	0,00	0,00
0816/000038/687/0019	637.209,32	56.781,57	906,78	0,00
		56.781,57	906,78	0,00



»

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresenta, assim, as seguintes notas ao balanço e à demonstração de resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na perceção dos mesmos.

Caso a nota não seja aplicável à Associação de Municípios será colocada a referência " não aplicável".

8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 - Não foi derogada nenhuma disposição do POCAL que produzisse efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados.

8.2.2 - No Balanço:

No ano de 2014 todas as contas são comparáveis com as do ano anterior.

8.2.3 - Critérios valorimétricos adotados:

Para as Existências – os critérios valorimétricos utilizados na determinação do custo de saída de existências foi o custo médio ponderado;

Para as Imobilizações – os critérios utilizados, em regra, foram os do custo de aquisição ou de produção e, nos casos em que não foi possível determinar o custo de aquisição, para os bens móveis, adotou-se o método comparado (atribuindo o valor conhecido de um bem com idênticas características e estado de utilização) e, nos imóveis, o valor patrimonial atribuído pela administração fiscal.

Para as Amortizações – foi aplicado o método de cálculo das cotas constantes e dado cumprimento ao regulado pela Portaria n.º 671/2000 – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.4 - Todas as operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

8.2.5 - O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

8.2.6 - As contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento» apresentam saldo nulo.

Pág. 1 de 6

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

8.2.7 - Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões constam dos seguintes quadros:

Ativo Bruto

Ano 2014

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferên- cias	Saldo Final
(Todos em Euro)								
De Bens de domínio público								
Terras e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0	0	0	0	0	0	0
	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00							0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00							0,00
Propriedade intelectual e outros direitos	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
De imobilizações corpóreas								
Terras e recursos naturais	1 727 720,06	0	0	0	0	0	0	1 727 720,06
Edifícios e outras construções	85 724 918,45	38 150,40	-42 508,00	0	0	0	0	85 720 600,91
Equipamento básico	7 575 981,84	0	0	0	0	0	0	7 575 981,84
Equipamento de transporte	45 530,65	0	0	0	0	0	0	45 530,65
Ferramentas e utensílios	9 043,62	0	0	0	0	0	0	9 043,62
Equipamento administrativo	53 529,25	0	0	0	0	0	0	53 529,25
Trens e veículos	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00
Outras imobilizações corpóreas	21 504,13	0	0	0	0	0	0	21 504,13
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	95 156 228,00	-38 150,40	-42 508,00	0	0	0	0	95 153 910,40
De investimentos financeiros								
Partes de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos em imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Terras e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Dépósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros títulos	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	95 156 228,00	-38 150,40	-42 508,00	0	0	0	0	95 153 910,40

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

Amortizações e provisões

Ano 2014

(Unidade em Euro)

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público:	485				
Terras e recursos naturais	4851	0	0	0	0
Edifícios	4852	0	0	0	0
Outras construções e infraestruturas	4853	0	0	0	0
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0	0	0	0
Outros bens de domínio público	4856	0	0	0	0
		0	0	0	0
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0	0	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0	0	0	0
		0	0	0	0
De Imobilizações corpóreas	482				
Terras e recursos naturais	4821	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	8.266.514,71	675.647,64	0	8.942.162,25
Outras construções	48222	8.045.079,96	2.065.806,96	7.570,25	10.106.916,69
Equipamento básico	4823	7.575.981,84	0	0	7.575.981,84
Equipamento de transporte	4824	40.320,69	- 5.209,96	0	45.530,65
Feramentas e utensílios	4825	9.043,62	0	0	9.043,62
Equipamento administrativo	4826	44.357,82	1.376,32	0	45.734,14
Terras e vasilhame	4827	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	4829	21.534,13	0	0	21.534,13
		24.006.802,75	2.748.041,48	7.970,25	26.746.874,02
De Investimentos em imóveis	481				
Terras e recursos naturais	4811	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	4812	0	0	0	0
Edifícios	48121	0	0	0	0
Outras construções	48122	0	0	0	0
		0	0	0	0
De Investimentos financeiros	48				
Partes de capital	481	0	0	0	0
Obrigações e títulos de participação	482	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	485	0	0	0	0
		0	0	0	0
Totais		24.006.802,75	2.748.041,48	7.970,25	26.746.874,02

As regularizações correspondem a alienação, sinistros e ao abate de bens já com amortizações.

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

8.2.8 – Não aplicável.

8.2.9 - Não foram incorporados custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção.

8.2.10 - Em 2014 não foram efetuadas reavaliações.

8.2.11 – Não aplicável.

8.2.12 – Não aplicável.

8.2.13 - No imobilizado da Associação de municípios não figuram bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Não aplicável.

8.2.15 – Não aplicável.

8.2.16 – A Associação de Municípios detém desde 1996 uma participação de 36.000,00 € no capital da empresa Ecobeirão, EIM, SA.

8.2.17 - As contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria» não apresentam movimentos, uma vez que a Associação de Municípios não efetuou qualquer aplicação de tesouraria.

8.2.18 - A discriminação da conta «Outras aplicações financeiras» é nula por não terem sido feitas aplicações financeiras.

8.2.19 - Não se verificaram diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

8.2.20 - Não foi atribuído a elementos do ativo circulante um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

8.2.21 - Não se constituíram provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante.

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

8.2.22 - Não aplicável.

8.2.23 - São nulas as dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da Associação de Municípios.

8.2.24 - A Associação de Municípios não emitiu obrigações nem outros títulos.

8.2.25 - A conta «Estado e outros entes públicos» não inclui dívidas em situação de mora.

8.2.26 - Não aplicável.

8.2.27 - Não aplicável.

8.2.28 - No exercício de 2014 ocorreram os seguintes movimentos nas contas da classe 5 – Fundo patrimonial:

- Na conta 51 – Património.

A variação resulta do ajustamento efectuado, pelo facto de aquando da adoção pela primeira vez do POCAL, não ter sido reflectida a participação financeira.

- Conta 59 – Resultados Transitados:

Conta 591 – Exercícios anteriores:

Em anos anteriores foi registado como proveito o montante recebido no âmbito da concessão da CVO, o valor foi reclassificado para proveitos diferidos para ser reconhecido como proveito em função das amortizações e depreciações dos investimentos efectuados naquela central.

8.2.29 - Não aplicável.

8.2.30 - Não aplicável.

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados - 2014

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Ano 2014

(Unidade em Euro)

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
801	Juros suportados	0	0	781	Juros obtidos	82,57	55,44
802	Perdas em entidades participadas	0	0	782	Ganhos em entidades participadas	0	0
803	Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783	Rendimentos de juros	72.777,40	352.910,36
804	Provisões para aplicações financeiras	0	0	784	Rendimentos de participações de capital	0	0
805	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
807	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
808	Outros custos e perdas financeiros	258.291,33	304.497,24	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
	Resultados financeiros	183.431,36	-32.321,44	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
		72.859,57	252.369,80			72.859,57	252.369,80

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários:

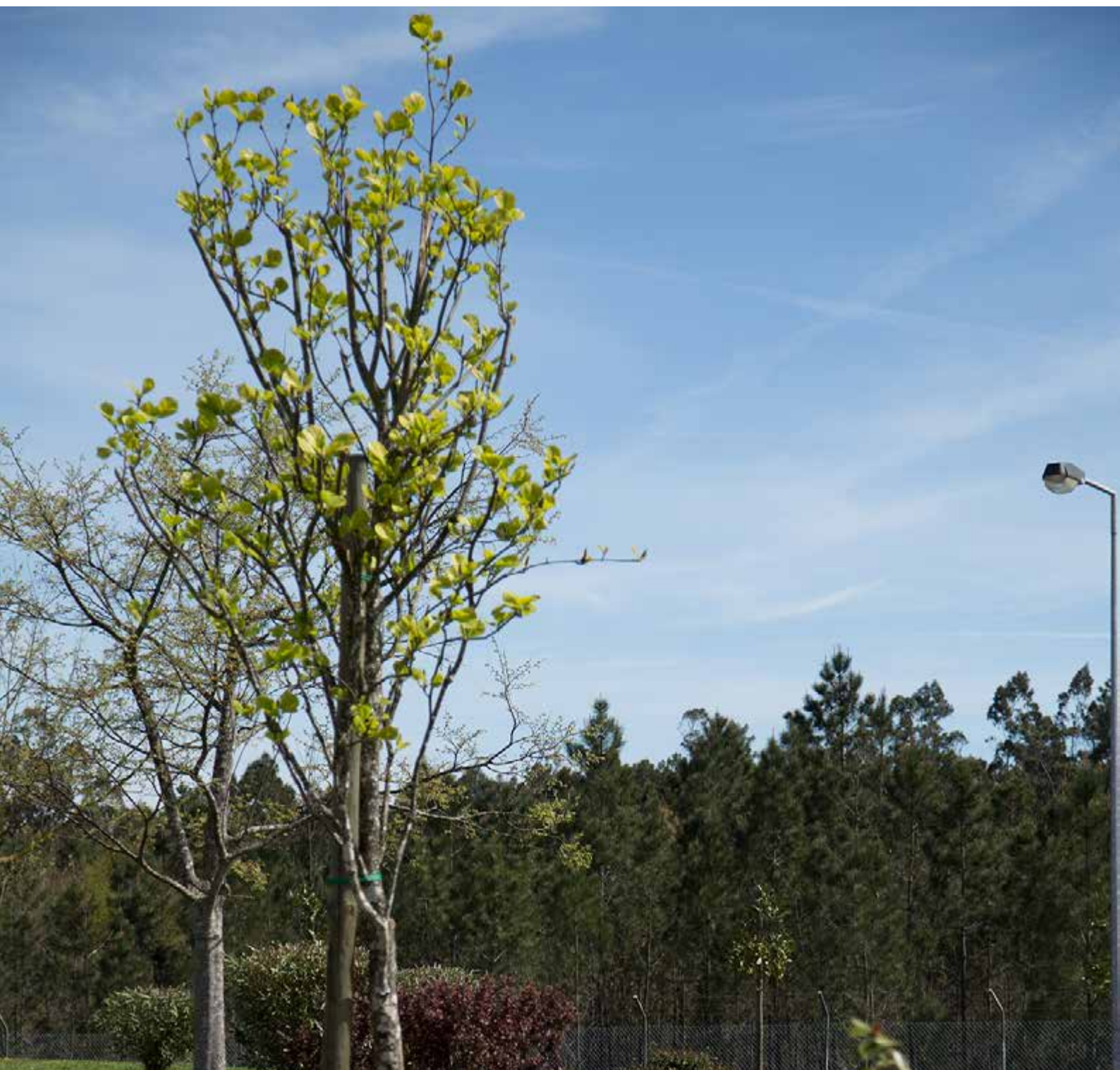
Ano 2014

(Unidade em Euro)

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	0	0	791	Restituições de impostos	0	0
692	Dívidas incoibráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em extincções	0	0	793	Ganhos em extincções	0	0
694	Perdas em mobilizações	0	1.188.200,35	794	Ganhos em mobilizações	0	1.400.000,00
695	Multas e Penalidades	20.641,04	22.527,09	795	Benefícios de penalidades contratuais	43.924,61	97.000,09
696	Aumento de amortizações e de provisões	0	0	796	Reduções de amortizações e de provisões	0	0
697	Correções relativas a exercícios anteriores	80.521,05	0	797	Correções relativas a exercícios anteriores	657,77	13.500,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0	0	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.351.683,66	1.171.309,14
	Resultados extraordinários	1.311.303,45	1.490.501,19			1.396.666,04	2.681.809,23
		1.396.468,04	2.681.529,23			1.396.468,04	2.681.809,23

IV

Certificação Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 79.926.348 euros e um total de fundos próprios de 14.388.395 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 360.279 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, e os correspondentes anexos, do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação: da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Na rubrica de Património está incluído o valor negativo de 2.385.076 euros resultante do ajustamento efetuado em 2007 em virtude de alterações ocorridas no sistema informático, para o qual não nos foi disponibilizada informação que nos permita concluir sobre a sua razoabilidade, adequabilidade e classificação.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de abril de 2015

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Representada por
João António Carvalho Careca, ROC n.º 849



